

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2025
LEI 14.133/2021
PREÂMBULO

PROCESSO Nº:	004/2025
INTERESSADO:	Diversas Secretarias e Fundos
DATA E HORARIO DA SESSÃO:	DATA: 07 de maio de 2025 HORA: 09h00min (horário de Brasília-DF)
OBJETO:	Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I e exigências do Edital.
TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	Prefeitura Municipal de Itarumã/GO – Praça Sebastião Assis Freitas, n. 18, centro (Sala de Licitações).
REGIME DE EXECUÇÃO	ENTREGA PARCELADA
PREGOEIRO	WEUGUER FLÁVIO FERREIRA SANTOS
AMPARO LEGAL:	Regido pela a Lei Federal 14.133/2021, Decreto Municipal 058/2022; Decreto Municipal 086/2024; Decreto Municipal 045/2025 e demais legislações pertinentes.
O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site do Município de Itarumã - GO, no endereço www.itaruma.go.gov.br . A solicitação de informações adicionais, esclarecimentos de dúvidas a respeito das condições do edital , poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, telefone (64) 99327-4948 ou pelo email, licitacao@itaruma.go.gov.br , no horário das 07:00h às 11:00h e 13:00h às 17:00h até o 3º. (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida neste instrumento convocatório para reunião de recebimento e abertura dos envelopes “1 - Proposta” e “2 - Documentação”.	
Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica este PREGÃO SRP, automaticamente, transferido para o dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, cuja minuta encontra-se prevista no Anexo IX e, nas condições previstas neste Edital.	



**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL - SRP nº 004/2025
LEI Nº 14.133/2021**

O **MUNICÍPIO DE ITARUMÃ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.067.271/0001-27, faz saber aos interessados que fará realizar, no **dia 07 de maio de 2025, às 09h00min**, licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL-SRP nº 004/2025**, no sistema de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, do tipo **Menor Preço por Item**.

DATA: 07 de maio de 2025

HORA: 09h00min (horário de Brasília-DF)

Local: Prefeitura Municipal de Itarumã/GO – Praça Sebastião Assis Freitas, n. 18, centro (Sala de Licitações).

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, conforme especificações e quantitativos constante do Termo de Referência – Anexo I do Edital, pelo período de 12 (doze) meses.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes ao objeto.

2.2. O pregoeiro e equipe que conduzirá esse certame foi nomeada pelo **Decreto nº 045/2025 de 02 de janeiro de 2025**.

2.3. A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Itarumã – GO, se adequarem à forma eletrônica:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

2.3.1. A Lei 14.133/2021 também prevê, no §2º do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

2.3.2. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizada na sede deste Município, na Praça Sebastião Assis Freitas, n. 18, centro (Sala de Licitações). **O Credenciamento será feito na própria sessão de abertura.**



2.4. O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo junto a Comissão de Licitação deste Município, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes. As planilhas de proposta e credenciamento, de caráter não obrigatório, poderão ser enviadas por “e-mail” ou disponibilizados para retirada dos licitantes interessados em “pendrive” no endereço acima estipulado.

2.5. As empresas interessadas em participar do certame poderão, obter o Edital pelo **site: <https://itaruma.go.gov.br/>**, dúvidas poderão ser informadas através do e-mail, os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Pessoa de Contato e telefones). Este pré agendamento não é de caráter obrigatório, visa apenas criar condições para que a Comissão de Licitação possa enviar quaisquer comunicados, esclarecimentos e/ou observações pertinentes ao processo licitatório, caso seja necessário.

2.6. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.7. Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.

2.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO
- ANEXO II – PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES
- ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA.
- ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
- ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO
- ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO
- ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
- ANEXO XII – ARQUIVO ELETRÔNICO MEIO MAGNÉTICO

3. LOCAL E DATA

3.1. A licitação será realizada no dia 07 de maio de 2025, às 09:00 hs, no endereço Prefeitura Municipal de Itarumã/GO – Praça Sebastião Assis Freitas, n. 18, centro (Sala de Licitações).

3.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, **com objeto social pertinente e compatível com o certame**, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

4.1.1. Quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como



microempreendedor, microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório nos itens exclusivo, o pregoeiro convocará as demais licitante(s) para participar(em) deste item, conforme art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/2006.

4.2. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Itarumã-GO, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

4.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

4.6. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, o pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.

4.7. É vedada a participação de empresas:

4.7.1. Concorrentes, ou em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.7.2. Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.

4.7.3. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/21.

4.7.5. Empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.

4.7.6. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor do Município de Itarumã-GO, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores do mesmo.

4.7.7. As empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar da licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica.

4.7.8. Apresentação de **CERTIDÃO DE ADIMPLEMENTO MUNICIPAL** de entregas de mercadorias e serviços emitido pelo Setor de Compras do Município de Itarumã-GO compras@itaruma.go.gov.br, certificando o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como que não existe pendências de entregas de mercadorias/serviços com o município.

4.7.9. Os licitantes que não apresentaram vínculo comercial e/ou contratual com o Município, ficarão dispensados da apresentação da certidão da alínea anterior.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE



PREÇO (1) E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (2)

5.1. Os envelopes, respectivamente Proposta de Preços (Envelope 1) e Documentos de Habilitação (Envelope 2), deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, os seguintes dizeres:

NOME DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE ITARUMÃ-GO
PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 0042025

NOME DA EMPRESA
ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE ITARUMÃ-GO
PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 004/2025

5.2. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise.

5.3. A proposta deverá estar rubricada em suas páginas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;

5.4. A proponente somente poderá apresentar uma única proposta podendo concorrer por quantos itens for de seu interesse.

5.5. Os documentos de habilitação (Envelope 2) poderão ser apresentados em original, por cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet;

5.6. A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original ao pregoeiro e equipe, para a devida autenticação, sob sua responsabilidade pessoal.

5.7. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do pregoeiro;

5.8. O pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

5.9. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a **60 (sessenta) dias** da data final para a entrega dos envelopes.

6. DOS ENVELOPES “PROPOSTA DE PREÇOS”

6.1. No Envelope “Proposta de Preços” constará a carta-proposta, devendo esta informar o prazo para entrega, informações complementares contidas no ANEXO II, caso existam, e:



6.1.1. Ser redigida, preferencialmente, em 01 (uma) via digitalizada ou editorada por computador, em língua portuguesa, com linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Podendo ser apresentada no modelo do **ANEXO II** fornecido pela Comissão ou segundo seu modelo próprio. Para facilitar e agilizar o andamento dos trabalhos os licitantes deverão baixar no site da Prefeitura a **planilha padrão de preenchimento**, deverá ser fornecida a essa comissão em meio magnético (Pendrive) no momento da entrega do envelope de proposta, contendo especificação dos serviços, produtos cotados, marca, preço unitário e total segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo II deste Edital. O referido procedimento agilizará a análise das propostas e reduzirá os erros de elaboração das mesmas.

6.1.2. Indicar na proposta os seguintes itens:

a) **razão social da Proponente**

b) **endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF).**

c) **telefone e endereço eletrônico (e-mail).**

d) **Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.**

e) **Prazo de entrega.**

6.1.3. A validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias, contados da data de abertura do envelope “proposta”. Se a proposta não informar este prazo será esta a validade considerada.

6.1.4. As propostas **deverão conter: item; unidade; quantidade; descrição do produto/descrição dos serviços; preço unitário e total e marca dos produtos ofertados**, vedada a indicação de mais de uma fabricante para cada item, bem como sua substituição durante o julgamento desta licitação. Se houver dúvidas quanto aos produtos ofertados em relação ao solicitado no edital poderá ser solicitado amostra para fins de conferência e esclarecimento, sob pena de desclassificação do item ou proposta, conforme o caso.

6.1.5. O Fornecedor deverá cumprir rigorosamente com os prazos de entrega/correta prestação dos serviços, devendo o objeto ser de boa qualidade, obedecendo rigorosamente às normas e legislações pertinentes que atendam integralmente todas as normas técnicas vigentes, em especial norma ABNT.

6.1.6. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando **apenas duas casas decimais após a vírgula** (Lei Federal nº 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca do objeto dentro do prazo de validade, se for o caso.

a) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo pregoeiro da forma seguinte:

a.1.) Discrepância entre valor total grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o que mais se aproximar da soma total da proposta, mantendo-se os valores unitários;

a.2.) Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

a.3.) Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

a.4.) Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.



b) O valor total da proposta será ajustado pelo pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total da proposta.

c) **O valor final total ofertado na fase de lances poderá ser ajustado no valor do lance ou a menor quando da apresentação de nova proposta, devendo esta ser apresentada com cálculos exatos observando a quantidade de casas decimais estabelecidas no item 6.1.6.**

6.1.7. A centésima parte do Real, denominada “centavos”, será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade, nos termos da Lei 9.069, art. 1º, § 2º, de 29 de junho de 1995.

6.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.

6.3. Deverá constar na proposta ou em anexo à ela declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**.

6.4. A não apresentação das DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES mencionadas acima ensejará na **desclassificação** do licitante.

6.5. O licitante poderá concorrer e a adjudicação do objeto ocorrerá como consequência da melhor proposta ofertada, pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo que a adjudicação do objeto dependerá ainda que o ofertante da melhor proposta atenda as condições previstas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

6.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços/entrega dos produtos serem prestados sem ônus adicionais.

6.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidas automaticamente pelo pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o menor preço por item.

6.8. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta. Não serão admitidas, posteriormente, alegações ou enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos ou indenizações de qualquer natureza.

6.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

6.10. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.



7. DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

7.1. A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, os documentos relacionados a seguir. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

7.1.1. O instrumento convocatório/edital em epígrafe é a lei interna desta licitação, portanto faz lei entre as partes e para tanto os documentos abaixo requeridos são indispensáveis sob pena de inabilitação do participante.

7.2. REGULARIDADE JURÍDICA

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) As Empresas incursas na prerrogativa da Lei 123/2006 deverão apresentar Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte visando ao exercício da preferência prevista no citado diploma legal, que poderá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital e/ou Certidão da Junta Comercial comprobatório de seu enquadramento como ME ou EPP, conforme artigo 8º da DNRC nº 103 de 30/04/2009, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, ou Comprovação de Inscrição como Optante pelo Simples Nacional, está também com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h.1) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

7.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.2. Os documentos relacionados neste item 7.2, não precisarão constar do Envelope 02 - "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.3. REGULARIDADES FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** do Ministério da Fazenda.

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de **Certidão conjunta emitida relativa à Dívida Ativa da União**, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Certidão expedida pela Delegacia da Receita Federal, ambas da unidade da federação onde a empresa licitante tem a sua sede.

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede.

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede.

e) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

f) Prova de regularidade relativa à justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), em atendimento ao exposto na Lei Federal 12.440/11.

g) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor(es) da justiça do domicílio da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sendo admitida quando regulamentada pelo respectivo Poder Judiciário de sua jurisdição, aquelas emitidas utilizando-se meios eletrônicos que abrangem o referido domicílio, devendo observar:

b) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

c) Aplica-se o entendimento do subitem anterior, amparado pelo entendimento do Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 5686/2017 - Primeira Câmara, que "a vedação da participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, em certames licitatórios, está em desacordo com o entendimento do TCU (Acórdão n. 658/2017 - Plenário) e da AGU (Parecer n. 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU);



d) A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

e) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

f) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira. Tratando-se de empresa criada neste exercício, deverá ser apresentado o balanço de abertura;

g) Entenda-se por "na forma da lei":

I) Quando S/A: balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, conforme o caput do art. 289 e o § 5º da Lei nº 6.404/1976;

II) Quando outra forma societária: balanço acompanhado de cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969, autenticados pelo órgão competente de Registro do Comércio, ou Termo de Opção, se a empresa for optante pelo regime de tributação do Imposto de Renda com base no lucro presumido.

III) Sociedades Simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Comprovação de aptidão através de no mínimo **01 (um) Atestado de capacidade técnica**, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido objeto compatível com essa licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. **O atestado deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que este município possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário.** O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando o mesmo estiver explicita sua validade.

7.6. OUTROS DOCUMENTOS

a) Declaração de que empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante no ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.

b) **Declaração de inexistência de fato superveniente** impeditivo conforme modelo do ANEXO VII.

c) **Declaração da ausência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil**, conforme modelo do ANEXO VIII.

7.6.1. Ainda que possuam restrições fiscais ou fazendárias, as Micros e Pequenas Empresas deverão apresentar a totalidade dos requisitos dispostos no item 7.3, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, exigidos para fins de comprovação da regularidade fiscal.

7.7. Os documentos emitidos por via INTERNET poderão ter seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

7.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.9. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências do edital ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará a Proponente inabilitada.

7.10. Os Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, não se aplicando aos documentos em que a validade já esteja determinada neste Edital.

7.10.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estarem nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- d) Deverão estar em nome da matriz, ao invés de em nome da filial, os documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- e) Os documentos poderão ser apresentados no original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força de Lei ou a publicação em órgão da imprensa oficial na forma da lei.
- f) As cópias simples deverão estar obrigatoriamente, acompanhadas dos documentos originais para conferência, na sessão, pelo Pregoeiro e/ou a Equipe de Apoio.

11

8. DAS PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do Pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

8.2. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, o(a) Pregoeiro(a), no endereço citado no preâmbulo desse Edital ou pelo telefone (064) 99327-4948, e ainda pelo e-mail: licitacao@itaruma.go.gov.br, das 7h30min às 11:30min e 13:00h às 17:00h de segunda a sexta-feira, em dias de expediente, até 03 (três) dias úteis imediatamente anterior à data de abertura e do julgamento desta licitação.

8.3. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164, da Lei 14.133/21.

8.4. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1. Aberta a sessão, iniciar-se-á o CREDENCIAMENTO dos participantes do Pregão. O representante da proponente entregará ao Pregoeiro documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de

Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

9.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

9.3. Na hipótese de apresentação de Procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

9.4. É admitida a participação de licitantes, sem a presença de representante credenciado, ainda que o encaminhamento dos envelopes e demais documentos exigidos neste Edital se faça por correio, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste edital.

9.5. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar fotocópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.6. É admitido somente um representante por proponente.

9.7. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste Pregão, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

9.8. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o pregoeiro declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital, sendo facultado o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão pública.

10. DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SE FOR O CASO E DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

10.1. A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de Habilitação, da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e dos Envelopes de Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação, será levada a efeito tão logo se encerre a fase de CREDENCIAMENTO.

10.2. A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO não deve integrar os envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente, ficando facultada a utilização do modelo constante no ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

10.3. A apresentação da DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, se for o caso, será recebido exclusivamente nesta oportunidade, ficando facultada a utilização do modelo constante no ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

10.4. Iniciada esta etapa/fase, o pregoeiro receberá e examinará a Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação (anexo IV).

10.5. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista, inviabilizará a participação inabilitando a proponente neste Pregão, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação.

10.6. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do Pregão, devendo proceder, em seguida, à entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

11. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

11.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

11.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

11.2.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

11.2.2. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo pregoeiro.

11.2.3. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem ao seu conteúdo.

11.2.4. O pregoeiro classificará para a próxima etapa a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e todas aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores possam ofertar lances verbais.

a) Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

11.2.5. No caso de empate onde duas ou mais licitantes tenham obtido pontuações iguais, a vencedora será conhecida através de sorteio a ser procedido em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

11.3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)



11.3.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que está presente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;

a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, conforme expresso no inciso IV do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

11.3.2. Nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEI, ME e EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma MEI, ME ou EPP.

11.3.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação de ME ou EPP, na forma da letra “a”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelos ME e EPP que encontrem no intervalo estabelecido no subitem 11.3.2 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 11.3.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

e) O disposto no subitem 11.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

f) A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

11.4.1. No horário e local indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

11.4.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão o pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

a) Iniciada a abertura do primeiro envelope proposto, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

11.4.3. Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM, sendo**



certo que o licitante deverá basear-se nos preços médios dos valores unitários indicados no Termo de Referência deste Edital.

11.4.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital, exceto quando o erro for grosseiro e inexecuível.

11.4.5. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, ITEM POR ITEM, com observância dos seguintes critérios e procedimentos:

- a) Seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM;
- b) O pregoeiro procederá à classificação da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de menor preço por item, para participarem dos lances verbais;
- c) Caso não haja pelo menos três propostas na condição definida acima (letras b), serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.
- d) Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior valor.

11.4.6. O pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta classificada de maior valor e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

11.4.7. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

11.4.8. Os lances deverão ser formulados em PERCENTUAIS, DISTINTOS, DECRESCENTES e INFERIORES à proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

11.4.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances para aquele item.

11.4.10. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de MENOR PREÇO POR ITEM com vistas à redução do valor/aumento do desconto, nos termos da Lei.

11.4.11. Após a negociação, se houver, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta, decidindo motivadamente a respeito.

11.4.12. ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, Considerada aceitáveis as ofertas de MENOR PREÇO POR ITEM, serão abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes autores das ofertas de menor valor.

11.4.13. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do (s) item (s) do certame.

11.4.14. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, o qual resultara em menor preço, o mesmo negociará com o seu

autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autoratenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

11.4.15. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita a de MENOR PREÇO POR ITEM.

11.4.16. Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, o pregoeiro fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

11.4.17. O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

11.4.18. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

11.4.19. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

12. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis (inciso I, art. 165, Lei nº 14.133/21) para apresentação de memoriais do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso e, conseqüente, adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro à(s) licitante(s) vencedora(s) com encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

12.3. Interposto o recurso, o pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou mantê-la, encaminhando o feito devidamente instruído à autoridade jurídica competente para análise do caso.

12.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

12.6. Decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, ou havendo renúncia expressa a esse direito, o julgamento da licitação será submetido à autoridade CONTRATANTE para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação, publicando-se o resultado do julgamento.

13. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

13.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no quadro de avisos (Placard) do Município de

Itarumã, no site oficial da Prefeitura, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo o pregoeiro adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora;

14.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora;

14.3. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

14.4. A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços, respeitada a validade de sua proposta.

14.5. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acaso pertinente e operacionalmente possível em atendimento à Lei 14.133/2021.

15. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE FORNECIMENTO

15.1. O fornecimento será efetuado em até 72h (setenta e duas horas) contados a partir do recebimento da autorização de entrega, sendo que as compras serão realizadas de forma parcelada (diariamente, conforme a necessidade), através de requisição de compra emitida pelo Departamento competente.

15.2. Em relação ao objeto do certame ser prestação de serviços, deverão ser prestados de forma eficiente e diariamente, conforme a necessidade, através de requisição de compra emitida pelo Departamento competente.

15.3. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente com os prazos.

15.4. Os produtos deverão ser de 1ª (qualidade) e atender a legislação vigente.

15.4.1. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregue.

15.4.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, e com as “Normas” exigida por lei.

15.5. A empresa detentora da ata e ou contratada deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto atendimento das necessidades da Administração Pública, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará sanções administrativas previstas em contrato/Ata, inclusive sanções de natureza pecuniária.

15.5.1. Só serão aceitos os produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujos preços unitários excedam o valor licitado. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

15.6. Quando for detectado que os produtos entregues não apresentam o padrão de qualidade regulamentado pelas leis respectivas, pelos órgãos de controle, compatibilidade com o solicitado no Termo de Referência, ou for divergente do produto apresentado na proposta, o fornecedor deverá trocá-lo em até 48 (quarenta e oito) horas, e responderá por processo administrativo para a apuração dos fatos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.7. Os fatos dispostos no item 15.5., poderá ensejar, quando houver prejuízo de fato ou implicarem potencial prejuízo iminente à administração, ela poderá Cancelar o Registro do fornecedor, ou Rescindir Unilateralmente o Instrumento de Contrato/Ata, assegurada defesa prévia, independente de processo administrativo sancionatório, uma vez que o cancelamento ou a rescisão contratual/Ata não possui natureza sancionatória, sem prejuízo das sanções dispostas no Edital e Instrumento de Contrato/Ata.

15.8. Todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, bem como quaisquer outros necessários à produção/disposição ou fornecimento dos produtos correrão inteira e exclusivamente por conta do CONTRATADO.

15.9. O Município de Itarumã, fundos e secretarias, através do Departamento de Compras adotará o seguinte critério de procedimento durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

- a) Emitirá Ordem de Compras para aquisição dos produtos solicitados, onde constará a quantidade, o produto, incluindo o responsável pelo recebimento e data da emissão.
- b) No caso de prestação dos serviços de mão de obra, emitirá Ordem de Prestação de Serviços onde constará os serviços a serem prestados, incluindo o responsável pelo recebimento e data da emissão.
- c) Cópia da Ordem de Compras será remetida ao setor requisitante para acompanhar o fornecimento dos produtos dentro dos prazos contratados.
- d) O Setor requisitante assinará o recebimento diário dos produtos. Este aceite será partedo ajuste a ser feito quando do pagamento da fatura.
- e) Caso ocorram irregularidades no fornecimento, serão adotados os seguintes procedimentos:
- f) Será emitido na Ordem de Compra o motivo da irregularidade apresentada pelo fornecedor.
- g) Caso ocorram irregularidades durante a vigência da Ata e/ou Contrato, o Município de Itarumã notificará o fornecedor sobre os fatos decorrentes e apontados pelo fiscal de contrato.
- h) Tendo sido notificado e o fornecedor incorrer novamente no descumprimento das cláusulas listadas, imediatamente será cancelado a ata de registro de preços, sendo adotadas as medidas listadas neste edital e nas leis regulamentadoras.

16. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas com a presente licitação serão suportadas orçamentariamente por meio da rubrica: **Classificação Funcional Programática disposta na LOA – 2025**, sendo as seguintes:

03 – Prefeitura Municipal De Itarumã

02 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

100 – Fonte

170 - Fonte

3.3.90.30 - Material de Consumo



03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

03 – Secretaria da Administração

04.122.1203.2.003 - Atividades Administrativas

100 – Fonte

170 - Fonte

3.3.90.30 - Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

05 – Secretaria de Agropecuária, Ind. e Comércio

20.122.0005.2.008 – Manutenção da Sec. de Agropecuária, Indust. e Comércio

100 – Fonte

170 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

07 – Secretaria de Turismo, Desporto e Lazer

27.812.0007.2.018 – Manutenção das Atividades de Turismo, Desporto e Lazer

100 – Fonte

170 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

15.122.0008.2.019 – Atividades da Secretaria e Departamentos

15.122.0008.1.017 – Construção/reforma de Predios Públicos

15.452.0008.2.022 – Manutenção e Praças e Jardins

15.451.0008.1.020 - Construção de Redes Pluviais, Sargetas, Meio Fio e Calçadas

15.451.0008.2.021 – Manutenção do Cemitéio Municipal

15.452.0008.2.023 – Manutenção do Aterro Sanitário

17.512.0008.2.066 - Manutenção do Sistema de Agua e Esgoto

17.512.0008.2.067 – Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário

100 – Fonte

170 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

11 – Secretaria de Transporte

26.782.0011.2.028 - Manutenção da Secretaria de Transporte

100 – Fonte

170 - Fonte

3.3.90.30 - Material de Consumo

07.09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2.057 – Manutenção das Atividades Gerais do FMS

102 - Fonte

10.302.0009.2.058 – Manutenção do Hospital Municipal – MAC

102 - Fonte

10.304.0009.2.060 – Manutenção da Vigilância Sanitária

107 – Fonte

102 - Fonte

10.301.0009.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF

107 – Fonte

102 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

08.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241.0014.2.034 - Material Abrigo dos Idosos

08.243.0014.2.035 – Manutenção do Conselho Tutelar

08.244.0014.2.037 – Atividade da Assistência Social

08.244.0014.2.038 – Atividades do Centro de Referência Assistência Social

100 – Fonte

129 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.122.0006.2.068 – Municipal da Sec. de Educação

100 - Fonte

12.361.0006.2.013 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

101 - Fonte

12.365.0006.2.015 – Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil CEMEI

101 - Fonte

12.392.0006.2.016 – Manutenção da Biblioteca Pública

100 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

18.541.0017.2.043– Atividades da Secretaria do Meio Ambiente

100 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

16.2. As despesas possuem compatibilidade com as demais Lei Orçamentárias (LDO/PPA) e serão previamente empenhadas, nos termos do art. 58 e seguintes, da Lei Federal nº 4.320/64.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades entregues/serviços prestados, após a liquidação e emissão da respectiva nota fiscal, devidamente conferida e atestada pelo fiscal do contrato e pelo Controle Interno.

17.2. Deverão estar incluídas, no preço todas as despesas resultantes da entrega do objeto, sem quaisquer ônus para o **Município de Itarumã, Fundos e Secretarias**, tais como frete, materiais, mão de obra, carga e descarga, tributos, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

17.3. O Município reserva-se ao direito de reter o pagamento se, no ato da verificação da entregados

produtos/prestação dos serviços os mesmos não estiverem em perfeitas condições/perfeita execução ou de acordo com as especificações exigidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, e as especificações apresentadas na Ordem de Compras e/ou Ordem de Prestação dos Serviços.

17.4. Na eventualidade de aplicação de multa, será assegurada a ampla defesa na forma da lei.

17.5. A Nota Fiscal – emitida obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado pelo licitante para a Habilitação, só será liberada quando o fornecimento dos produtos estiver em total conformidade com as especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

17.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o Município comunicará à CONTRATADA para que regularize a situação.

17.7. Na hipótese prevista no subitem 17.6, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

18. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

18.1. São obrigações da Licitante Vencedora, além daquelas expressas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

a) Entregar os produtos/prestar os serviços solicitados conforme Ordem de Compras/Ordem de Prestação dos Serviços, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela secretaria demandante, devidamente assinada por servidor competente para tal;

b) Comunicar imediatamente e por escrito ao Município de Itarumã, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos produtos objeto da presente Licitação;

d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

e) Comunicar ao Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata;

f) Cumprir com todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que faz parte integrante da Ata de Registro de Preços.

18.2. Arcar com todas as despesas inerentes direta ou indiretamente ao fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, tais como: transporte, encargos trabalhistas, impostos, mão de obra e demais incidentes sobre o fornecimento, que incidam ou venham a incidir sobre a Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa detentora e contratada da Ata.

18.3. Aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total adjudicado, nos termos do Art. 125, da Lei nº 14.133/21.

18.4. A Contratada está obrigada a responsabilizar-se civil e criminalmente por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do objeto em questão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

18.5. A Contratada está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações

estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência espécie, forem vítimas seus empregados e prepostos no desempenho do objeto ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante.

18.6. A Contratada está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos, mandatários ou conveniados; leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus empregados e prepostos ou convenientes.

18.7. A detentora da ata e/ou contratada deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos/serviços prestados, conforme padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização, durante toda a vigência do contratado.

18.8. A contratada deverá entregar os produtos no local informado pelas secretarias demandantes;

19. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1. O Gestor do Contrato, deverá acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/prestação dos serviços, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

19.2. Compete ainda ao CONTRATANTE:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde quando não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- f) Arcar com as despesas de publicação do extrato de adesão a Ata de Registro de Preços;
- g) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que fará parte integrante da Ata de Registro de Preços.

20. DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

20.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceita pela Administração.

20.3. A Licitante que convocada para assinar a Ata de Registro de Preço deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

20.4. Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item 20.3 ou havendo recusa em fazê-lo, o Município de Itarumã/Fundo Municipal de Saúde aplicará as penalidades cabíveis.

20.5. A Ata de Registro de Preços terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

20.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei 14.133/21.

20.7. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os valores registrados são superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

20.8. A extinção da Ata de Registro de Preços poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

20.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

20.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I- devolução da garantia, caso haja;

II- pagamentos devidos pelos produtos fornecidos até a data de extinção;

III- pagamento do custo da desmobilização compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

20.11. Constituirão motivos para extinção da Ata de Registro de Preços, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;



V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

20.12. A detentora da Ata de Registro de Preços terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III- repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV- atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

VI- Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137º da mesma Lei.

VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.13. A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

21.1. Caberá ao Contratado:



21.1.1. Transportar, por sua conta e risco, os produtos até o local indicado pela secretariademandante dentro da cidade de Itarumã, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentesno trajeto de transporte;

21.1.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, equaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos/serviços prestados;

21.1.3. Substituir os produtos que apresentarem defeito de fabricação e/ou avarias em suasembalagens;

21.1.4. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregues/serviços prestados.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município de Itarumã poderá sujeitar a Detentora da Ata/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de 03 (três) até 06 (seis) anos (art. 156, da Lei 14.133/21), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no DiárioOficial do Estado.

22.2. Pelo atraso injustificado na execução do objeto do Edital, a Detentora/Contratada incorreráem multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

22.3. Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valorda obrigação não cumprida.

22.3.1. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

22.3.2. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

22.3.3. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, oque deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimentoda multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes, ou se caso for, cobrada judicialmente, nos termos da lei.

22.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

22.5. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei 14.133/21.



23. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

23.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas no art. 86, § 2º incisos I, II e III da Lei 14.133/21 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

23.2. Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, podendo o Órgão gerenciador negar a adesão pleiteada, caso não sejam cumpridas as exigências ineridas pelo Art. 86, da lei nº 14.133/21.

23.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

23.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme art. 86, § 4º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme art. 86, § 5º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

23.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

23.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Detentora das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

24. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

24.1.1. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrente de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços e fornecimento, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

24.1.2. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

24.1.3. Quando o valor registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem o valor ofertado.

24.1.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

24.1.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

24.1.4. Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

24.1.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

24.1.4.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

24.1.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24.1.6. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

24.1.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

24.1.6.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

24.1.6.3. Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior aos valores praticados no mercado; ou

24.1.6.4. Sofrer sanção prevista no art. 156, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

24.1.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

24.1.7.1. Por razão de interesse público; ou

24.1.7.2. A pedido do fornecedor, apresentado justificativa plausível por escrito.

25. DAS REVISÕES DE PREÇOS

25.1. O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente

para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

25.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

25.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Assessoria Jurídica do Município e, após precedida de decisão pelo Superior.

25.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

25.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As licitantes declaram ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as condições gerais e peculiaridades ao cumprimento do objeto licitado, sendo vedado invocar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

26.2. Pela elaboração da proposta, as licitantes não terão direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização, bem como não poderá usar eventuais direitos adquiridos nesse processo como garantia para qualquer interessado.

26.3. Esta Licitação será anulada se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento, podendo ser revogada, a juízo exclusivo do Município de Itarumã, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao serviço público, sem que caiba direito a qualquer indenização.

26.4. A Administração poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência que, a seu exclusivo critério, julgar necessária, no sentido de obter esclarecimentos ou informações complementares.

26.5. As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

26.6. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Município de Itarumã (contratante).

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itarumã.

26.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.



- 26.9. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.
- 26.10. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo pregoeiro com base na legislação federal pertinente, e subsidiariamente, nos princípios gerais de direito.
- 26.11. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.
- 26.12. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor antes de que o mesmo pague eventual multa que lhe tenha sido aplicada.
- 26.13. O Município de Itarumã e seus fundos não se obrigam a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.
- 26.14. Fica assegurada a Autoridade Superior competente, mediante justificativa motivada, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogá-la em um todo ou em parte.
- 26.15. É de responsabilidade do Licitante o acompanhamento do processo junto a Comissão de Contratação deste Município, no endereço anteriormente mencionado até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”, bem como até final do presente processo licitatório.
- 26.16. A Administração poderá, até a assinatura da Ordem de Fornecimento, inhabilitar o licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. E, nestes casos, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado os objetos deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação, em virtude da nova convocação.
- 26.17. O resultado final do Pregão será divulgado em local próprio e de costume, no paço da sede principal da Prefeitura Municipal mais especificamente no “placard”, bem como no “Site” www.itarumã.go.gov.br e ainda pelo e-mail: itarumalicitacao@gmail.com, mediante solicitação, esse somente no horário de expediente acima mencionado.
- 26.18. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como Foro competente o da Comarca de Caçu – Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Itarumã-GO, 15 de abril de 2025.

WEUGUER FLAVIO FERREIRA SANTOS
Pregoeiro Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2025

1.0 OBJETO:

1.1. Futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades a seguir descritas:

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO TOTAL
1	UN	10	ABAFADOR RUÍDO AURICULAR MATERIAL: PLÁSTICO RÍGIDO, FORMATO: CONCHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NÍVEL REDUÇÃO DE RUÍDO NRRSF 17 DB. OBS.: ABAFADOR DE RUÍDO TIPO CONCHA HASTE REGULÁVEL, NÍVEL DE ATENUAÇÃO DE RUÍDO CONFORME NORMA NRR/ST.	R\$ 24,1767	R\$ 241,7667
2	UN	30	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM AÇO 4 POL	R\$ 6,4667	R\$ 194,0000
3	UN	30	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM DE AÇO 3/4	R\$ 2,2667	R\$ 68,0000
4	UN	30	ABRACADEIRA U AÇO 3/4 POL	R\$ 1,3500	R\$ 40,5000
5	UN	50	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO PVC HIDRÁULICO 20MM X 1/2 POL	R\$ 1,0167	R\$ 50,8333
6	UN	50	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO PVC HIDRÁULICO 25MM X 1/2 POL	R\$ 2,2000	R\$ 110,0000
7	UN	50	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO PVC HIDRÁULICO 25MM X 3/4 POL	R\$ 1,3333	R\$ 66,6667
8	UN	50	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO PVC HIDRÁULICO 32MM X 1 POL	R\$ 2,8500	R\$ 142,5000
9	UN	10	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO PVC HIDRÁULICO 40MM X 1.1/4 POL	R\$ 6,0333	R\$ 60,3333
10	UN	30	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO PVC HIDRÁULICO 50MM X 1.1/2 POL	R\$ 5,7333	R\$ 172,0000
11	UN	30	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC INCOLOR 175G PARA SOLDA PLÁSTICA	R\$ 14,4333	R\$ 433,0000
12	UN	15	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC INCOLOR 75G PARA SOLDA PLÁSTICA	R\$ 8,4333	R\$ 126,5000
13	BL	150	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETO E ARGAMASSA 18L	R\$ 158,0900	R\$ 23.713,5000
14	UN	50	ÁGUA RAZ 900ML	R\$ 19,3333	R\$ 966,6667
15	UN	2	ALAVANCA DE AÇO REDONDA, PONTA E PÁ RETA, 1 POL X 1,80M	R\$ 159,2200	R\$ 318,4400
16	UN	15	ALICATE UNIVERSAL, CABO ISOLADO 1000V, TAMANHO 8 POL	R\$ 44,1833	R\$ 662,7500
17	UN	30	ANCINHO CURVO, 12 / 14 DENTES C/ CABO	R\$ 36,5500	R\$ 1.096,5000
18	UN	30	ANCINHO CURVO, 16 DENTES C/ CABO	R\$ 41,1833	R\$ 1.235,5000
19	UN	50	ANEL DE BORRACHA 100MM	R\$ 2,7567	R\$ 137,8333
20	UN	50	ANEL DE BORRACHA 75MM	R\$ 1,8467	R\$ 92,3333
21	UN	50	ANEL DE BORRACHA PARA ESGOTO 40MM	R\$ 2,2800	R\$ 114,0000
22	UN	50	ANEL DE BORRACHA PARA ESGOTO 50MM	R\$ 2,2967	R\$ 114,8333
23	RL	5	ARAME FARPADO - ROLO 500M	R\$ 446,0167	R\$ 2.230,0833
24	KG	100	ARAME GALVANIZADO Nº 14	R\$ 25,9250	R\$ 2.592,5000
25	KG	100	ARAME GALVANIZADO Nº 16	R\$ 28,4450	R\$ 2.844,5000
26	KG	100	ARAME GALVANIZADO Nº 18	R\$ 30,1475	R\$ 3.014,7500
27	KG	100	ARAME RECOZIDO Nº 12	R\$ 20,4975	R\$ 2.049,7500
28	KG	100	ARAME RECOZIDO Nº 14	R\$ 20,2475	R\$ 2.024,7500
29	KG	100	ARAME RECOZIDO Nº 16	R\$ 21,3100	R\$ 2.131,0000
30	KG	100	ARAME RECOZIDO Nº 18	R\$ 20,5600	R\$ 2.056,0000
31	UN	5	ARCO DE SERRA 200 X 300MM	R\$ 29,9033	R\$ 149,5167
32	M3	500	AREIA BRANCA FINA	R\$ 160,8333	R\$ 80.416,6667
33	M3	500	AREIA BRANCA GROSSA	R\$ 204,7467	R\$ 102.373,3333
34	PCT	200	ARGAMASSA COLANTE P/ ASSENTAMENTO DE CERÂMICA AC.I - PACOTE 20KG	R\$ 18,6000	R\$ 3.720,0000
35	PCT	200	ARGAMASSA COLANTE P/ ASSENTAMENTO DE CERÂMICA AC.II -	R\$ 36,8567	R\$ 7.371,3333



			PACOTE 20KG		
36	UN	5.000	ARRUELA LISA POLIDA 1/2 POL	R\$ 0,6000	R\$ 3.000,0000
37	UN	5.000	ARRUELA LISA POLIDA 1/4 POL	R\$ 0,1533	R\$ 766,6667
38	UN	5.000	ARRUELA LISA POLIDA 3/8 POL	R\$ 0,2667	R\$ 1.333,3333
39	UN	20	ASSENTO SANITÁRIO	R\$ 33,6667	R\$ 673,3333
40	UN	50	BARRA ROSQUEADA 1/2 POL, COM 1M	R\$ 15,3833	R\$ 769,1667
41	UN	50	BARRA ROSQUEADA 1/4 POL, COM 1M	R\$ 3,4333	R\$ 171,6667
42	UN	50	BARRA ROSQUEADA 3/8 POL, COM 1M	R\$ 5,9500	R\$ 297,5000
43	UN	10	BATENTE PARA PORTA (0,80 X 2,10 X 0,15M) E = 3CM EM MADEIRA DE LEI	R\$ 297,0900	R\$ 2.970,9000
44	UN	20	BICO PARA MANGUEIRA 1/2	R\$ 5,0333	R\$ 100,6667
45	UN	1	BETORNEIRA ELÉTRICA 400L, 220V	R\$ 5.519,0000	R\$ 5.519,0000
46	UN	30	BOIA PARA CAIXA D'GUA 1/2 POL	R\$ 12,2500	R\$ 367,5000
47	UN	10	BOIA PARA CAIXA D'GUA 3/4 POL	R\$ 13,9167	R\$ 139,1667
48	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 35	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
49	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 36	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
50	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 37	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
51	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 38	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
52	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 39	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
53	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 40	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
54	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 41	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
55	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 42	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
56	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 43	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
57	PAR	5	BOTA DE PVC SOLADO PRÓ SETE LÉGUAS Nº 44	R\$ 60,2667	R\$ 301,3333
58	PAR	10	BOTINA DE RASPA, ELÁSTICO SOLADO PU MONO SEM BIQUEIRA Nº 38 A 44	R\$ 86,3333	R\$ 863,3333
59	M³	250	PEDRA BRITA Nº 0	R\$ 189,1233	R\$ 47.280,8333
60	M³	250	PEDRA BRITA Nº 1	R\$ 190,7600	R\$ 47.690,0000
61	UN	5	BROCA AÇO RÁPIDO DIN 338 10,00 X 133MM	R\$ 35,2667	R\$ 176,3333
62	UN	5	BROCA AÇO RÁPIDO DIN 338 4,00 X 75MM	R\$ 6,3333	R\$ 31,6667
63	UN	5	BROCA AÇO RÁPIDO DIN 338 6,00 X 93MM	R\$ 8,6667	R\$ 43,3333
64	UN	5	BROCA AÇO RÁPIDO DIN 338 8,00 X 117MM	R\$ 15,7333	R\$ 78,6667
65	UN	5	BROXA SINTÉTICA REDONDA	R\$ 12,0500	R\$ 60,2500
66	UN	5	BROXA SINTÉTICA RETANGULAR	R\$ 12,7333	R\$ 63,6667
67	UN	50	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 25 X 20MM	R\$ 1,1667	R\$ 58,3333
68	UN	50	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 32 X 25MM	R\$ 1,2000	R\$ 60,0000
69	UN	50	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 40 X 32MM	R\$ 2,8667	R\$ 143,3333
70	UN	50	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 50 X 40MM	R\$ 3,7500	R\$ 187,5000
71	UN	5.000	BUCHA PLÁSTICA TIPO S Nº 8	R\$ 0,2567	R\$ 1.283,3333
72	UN	5.000	BUCHA PLÁSTICA TIPO S Nº 10	R\$ 0,4167	R\$ 2.083,3333
73	UN	5.000	BUCHA PLÁSTICA TIPO S Nº 12	R\$ 0,4933	R\$ 2.466,6667
74	UN	5.000	BUCHA PLÁSTICA TIPO S Nº 6	R\$ 0,1167	R\$ 583,3333
75	UN	10	CADEADO, CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO CROMADO E CHAVE EM LATÃO, TAM. 35MM	R\$ 25,6833	R\$ 256,8333
76	UN	10	CADEADO, CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO CROMADO E CHAVE EM LATÃO, TAM. 45MM	R\$ 33,3167	R\$ 333,1667
77	UN	10	CADEADO, CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO CROMADO E CHAVE EM LATÃO, TAM. 50MM	R\$ 41,5833	R\$ 415,8333
78	UN	30	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA DE SOBREPOR	R\$ 42,2333	R\$ 1.267,0000
79	UN	300	CAIXA DE GORDURA 100MM - COM CESTO DE LIMPEZA	R\$ 205,2333	R\$ 61.570,0000
80	UN	30	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4 POL X 2 POL	R\$ 2,0500	R\$ 61,5000
81	UN	30	CAIXA DE PASSAGEM PVC, 4 POL X 4 POL	R\$ 3,6333	R\$ 109,0000
82	UN	10	CAIXA D'GUA FIBRA DE VIDRO C/TAMPA 1.000 LITROS	R\$ 480,0125	R\$ 4.800,1250
83	UN	2	CAIXA D'GUA FIBRA DE VIDRO C/TAMPA 10.000 LITROS	R\$ 5.860,3500	R\$ 11.720,7000
84	UN	5	CAIXA D'GUA FIBRA DE VIDRO C/TAMPA 2.000 LITROS	R\$ 1.257,8500	R\$ 6.289,2500
85	UN	5	CAIXA D'GUA FIBRA DE VIDRO C/TAMPA 5.000 LITROS	R\$ 3.099,6375	R\$ 15.498,1875
86	UN	10	CAIXA D'GUA FIBRA DE VIDRO C/TAMPA 500 LITROS	R\$ 287,1000	R\$ 2.871,0000
87	UN	20	CAIXA SIFONADA C/GRELHA CROMADA E PORTA GRELHA 100 X 100 SAÍDA 50MM	R\$ 45,1500	R\$ 903,0000
88	UN	20	CAIXA SIFONADA C/GRELHA CROMADA E PORTA GRELHA 150 X 185 SAÍDA 75MM	R\$ 71,2333	R\$ 1.424,6667
89	PCT	25	CAL HIDRATADO - PACOTE 20KG	R\$ 29,2667	R\$ 731,6667
90	UN	100	CAP PVC ESGOTO 50MM	R\$ 5,5200	R\$ 552,0000
91	UN	150	CAP PVC ESGOTO 100MM	R\$ 10,0667	R\$ 1.510,0000
92	UN	100	CAP PVC ESGOTO 40MM	R\$ 2,7633	R\$ 276,3333
93	UN	50	CAP SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 20MM	R\$ 1,0667	R\$ 53,3333
94	UN	50	CAP SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 25MM	R\$ 1,7667	R\$ 88,3333



95	UN	50	CAP SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 32MM	R\$ 2,8000	R\$ 140,0000
96	UN	50	CAP SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 40MM	R\$ 5,0167	R\$ 250,8333
97	UN	50	CAP SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 50MM	R\$ 7,8000	R\$ 390,0000
98	UN	50	CAPA DE CHUVA LAMINADA COM CAPUZ	R\$ 34,9333	R\$ 1.746,6667
99	UN	10	CARRINHO DE MÃO DE METAL COMPLETO PNEU COM CÂMARA 3,25 X 8	R\$ 195,4925	R\$ 1.954,9250
100	UN	10	CAVADEIRA ARTICULADA C/ CABO DE MADEIRA 120 CM	R\$ 113,6033	R\$ 1.136,0333
101	UN	10	CAVADEIRA ARTICULADA C/ CABO DE MADEIRA 140 / 150 CM	R\$ 140,1625	R\$ 1.401,6250
102	UN	5	CHAVE DE FENDA CRUZADA 1/4 POL X 6 POL	R\$ 11,6000	R\$ 58,0000
103	UN	5	CHAVE DE FENDA CRUZADA 1/8 POL X 4 POL	R\$ 8,1000	R\$ 40,5000
104	UN	5	CHAVE DE FENDA CRUZADA 3/16 POL X 6 POL	R\$ 8,6000	R\$ 43,0000
105	UN	5	CHAVE DE FENDA CRUZADA 3/8 POL X 8 POL	R\$ 17,9000	R\$ 89,5000
106	UN	5	CHAVE DE FENDA CRUZADA 5/16 POL X 8 POL	R\$ 15,7000	R\$ 78,5000
107	UN	5	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/4 POL X 6 POL	R\$ 8,7000	R\$ 43,5000
108	UN	5	CHAVE DE FENDA SIMPLES 1/8 POL X 4 POL	R\$ 7,0167	R\$ 35,0833
109	UN	5	CHAVE DE FENDA SIMPLES 3/8 POL X 8 POL	R\$ 11,9333	R\$ 59,6667
110	UN	5	CHAVE INGLESA 12 POL	R\$ 76,0500	R\$ 380,2500
111	UN	20	CHUVEIRO PLÁSTICO CROMADO DO TIPO DUCHA, ROSCA 1/2 POL	R\$ 46,5667	R\$ 931,3333
112	SC	1.000	CIMENTO CP II - 32 SACO 50KG	R\$ 40,3000	R\$ 40.300,0000
113	UN	50	COLA DUREPOXI PARA MARMORE, METAL, VIDRO E MADEIRA	R\$ 14,6333	R\$ 731,6667
114	UN	200	COLUNA 7X14 VERGALHÃO 12MM / 10MM 6M	R\$ 168,3000	R\$ 33.660,0000
115	UN	200	COLUNA 7X14 VERGALHÃO 8MM 6MT	R\$ 98,9750	R\$ 19.795,0000
116	UN	10	CONE SINALIZAÇÃO PVC FLEXIVEL, REFLETIVO, LARANJA/BRANCO, 75CM	R\$ 95,7767	R\$ 957,7667
117	M	50	CORDA (PP) POLIPROPILENO 12MM	R\$ 55,8667	R\$ 2.793,3333
118	UN	300	CUMEEIRA (CUTIANO) PARA TELHA DE CERÂMICA	R\$ 4,7733	R\$ 1.432,0000
119	UN	50	CURVA 90° SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 20MM	R\$ 2,5833	R\$ 129,1667
120	UN	50	CURVA 90° SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 25MM	R\$ 3,2833	R\$ 164,1667
121	UN	50	CURVA 90° SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 32MM	R\$ 6,9500	R\$ 347,5000
122	UN	50	CURVA 90° SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 40MM	R\$ 15,3700	R\$ 768,5000
123	UN	50	CURVA 90° SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 50MM	R\$ 16,0833	R\$ 804,1667
124	UN	10	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA CABO PLÁSTICO 25X12 CM	R\$ 23,6167	R\$ 236,1667
125	UN	10	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA CABO PLÁSTICO 25X12CM	R\$ 17,1333	R\$ 171,3333
126	UN	100	DISCO DIAMANTADO LISO, DIÂMETRO DO DISCO 110MM, FURO 20 / 22 MM	R\$ 21,6000	R\$ 2.160,0000
127	UN	100	DISCO DIAMANTADO SEGMENTADO, DIÂMETRO DO DISCO 110MM, FURO 20MM	R\$ 24,9633	R\$ 2.496,3333
128	UN	100	DISCO DIAMANTADO TURBO, DIÂMETRO DO DISCO 110MM, FURO 20MM	R\$ 29,9333	R\$ 2.993,3333
129	UN	20	DOBRADIÇA LATÃO CROMADO 3 POL X 2 1/2 POL C/ PARAFUSO COM 3 UNIDADES	R\$ 22,7750	R\$ 455,5000
130	UN	10	EMENDA PARA MANGUEIRA 1/2	R\$ 0,9667	R\$ 9,6667
131	UN	50	ENGATE FLEXIVEL 30CM	R\$ 7,2500	R\$ 362,5000
132	UN	50	ENGATE FLEXIVEL 40CM	R\$ 8,0000	R\$ 400,0000
133	UN	50	ENGATE FLEXIVEL 50CM	R\$ 8,8667	R\$ 443,3333
134	UN	5	ENXADA ESTREITA COM CABO, PESO 2 LIBRAS	R\$ 73,7167	R\$ 368,5833
135	UN	5	ENXADA LARGA COM CABO, PESO 2,5 LIBRAS	R\$ 74,8333	R\$ 374,1667
136	UN	5	ENXADÃO ESTREITO COM CABO	R\$ 76,6333	R\$ 383,1667
137	UN	5	ENXADÃO LARGO COM CABO	R\$ 75,5667	R\$ 377,8333
138	UN	5	ESCADA DE ABRIR FERRO TUBULAR 7 DEGRAUS	R\$ 390,8333	R\$ 1.954,1667
139	UN	2	ESMERILHADA ANGULAR ELETRICA 600W	R\$ 390,7000	R\$ 781,4000
140	UN	10	ESPAÇADOR PARA AZULEJO 3MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	R\$ 4,6100	R\$ 46,1000
141	UN	10	ESPAÇADOR PARA AZULEJO 5MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	R\$ 4,1350	R\$ 41,3500
142	UN	10	ESPÁTULA DE AÇO COM CABO PLÁSTICO 12CM	R\$ 14,6833	R\$ 146,8333
143	UN	10	ESPÁTULA DE AÇO COM CABO PLÁSTICO 6CM	R\$ 10,4500	R\$ 104,5000
144	UN	30	ESPUDE DE LIGAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	R\$ 5,6850	R\$ 170,5500
145	PCT	50	ESTOPA PARA POLIMENTO E LIMPEZA	R\$ 4,9500	R\$ 247,5000
146	UN	30	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO LATÃO CROMADO, 20MM P/ PORTA, MAÇANETA DE ALAVANCA	R\$ 70,5167	R\$ 2.115,5000
147	UN	30	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO LATÃO CROMADO, 40MM P/ PORTA, MAÇANETA DE ALAVANCA	R\$ 67,2833	R\$ 2.018,5000
148	UN	30	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO LATÃO CROMADO, 55MM P/ PORTA, MAÇANETA DE ALAVANCA	R\$ 78,8333	R\$ 2.365,0000
149	UN	5	FERRO DE SOLDA 40W / 60W - 220V	R\$ 45,4667	R\$ 227,3333
150	UN	50	FIO DE NYLON 3.0 - ROLO 2KG	R\$ 242,9600	R\$ 12.148,0000
151	UN	100	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	R\$ 8,7250	R\$ 872,5000
152	UN	15	FITA ZEBRADA 70MM X 200 MT	R\$ 14,7500	R\$ 221,2500
153	GAL	200	FUNDO PARA GALVANIZADO (ZARCÃO) 3,6L	R\$ 88,0500	R\$ 17.610,0000
154	GAL	400	FUNDO PREPARADOR DE PAREDE 18L	R\$ 281,1600	R\$ 112.464,0000
155	GAL	400	FUNDO PREPARADOR DE PAREDE 3,6L	R\$ 64,8450	R\$ 25.938,0000
156	UN	3	FURADEIRA DE IMPACTO, MANDRIL DE 1/2 POL, 220V X 750W	R\$ 527,5667	R\$ 1.582,7000
157	UN	5	GARRAFO TÉRMICO 5 LITROS, CONSERVAÇÃO TÉRMICA: 10H FRIO / 10H QUENTE	R\$ 46,4000	R\$ 232,0000



158	UN	50	HERBICIDA DE 1L (MARCAS REFERENCIA: GLIFOSATO, PARAQUAT, GLIFOSINATO, DIQUAT E ETC)	R\$ 41,0733	R\$ 2.053,6667
159	UN	20	JANELA VENEZIANA 1,50X1MT	R\$ 448,5167	R\$ 8.970,3333
160	UN	50	JOELHO 45° PVC ESGOTO 40MM	R\$ 2,4800	R\$ 124,0000
161	UN	50	JOELHO 45° PVC ESGOTO 50MM	R\$ 3,5667	R\$ 178,3333
162	UN	50	JOELHO 45° PVC ESGOTO 100MM	R\$ 9,0500	R\$ 452,5000
163	UN	50	JOELHO 45° PVC HIDRÁULICO 20MM	R\$ 1,2567	R\$ 62,8333
164	UN	50	JOELHO 45° PVC HIDRÁULICO 25MM	R\$ 3,0000	R\$ 150,0000
165	UN	50	JOELHO 45° PVC HIDRÁULICO 32MM	R\$ 4,3333	R\$ 216,6667
166	UN	50	JOELHO 45° PVC HIDRÁULICO 40MM	R\$ 7,7000	R\$ 385,0000
167	UN	50	JOELHO 45° PVC HIDRÁULICO 50MM	R\$ 8,5833	R\$ 429,1667
168	UN	50	JOELHO 90° PVC ESGOTO 100MM	R\$ 7,8667	R\$ 393,3333
169	UN	50	JOELHO 90° PVC ESGOTO 40MM	R\$ 2,4000	R\$ 120,0000
170	UN	50	JOELHO 90° PVC ESGOTO 50MM	R\$ 4,1667	R\$ 208,3333
171	UN	150	JOELHO 90° PVC HIDRÁULICO 20MM	R\$ 1,1667	R\$ 175,0000
172	UN	150	JOELHO 90° PVC HIDRÁULICO 25MM	R\$ 1,2500	R\$ 187,5000
173	UN	150	JOELHO 90° PVC HIDRÁULICO 32MM	R\$ 2,7833	R\$ 417,5000
174	UN	150	JOELHO 90° PVC HIDRÁULICO 40MM	R\$ 4,7333	R\$ 710,0000
175	UN	150	JOELHO 90° PVC HIDRÁULICO 50MM	R\$ 6,4000	R\$ 960,0000
176	UN	150	JOELHO SRM 20MM X 1/2 POL	R\$ 2,3333	R\$ 350,0000
177	UN	150	JOELHO SRM 25MM X 1/2 POL	R\$ 4,5500	R\$ 682,5000
178	UN	150	JOELHO SRM 25MM X 3/4 POL	R\$ 5,1500	R\$ 772,5000
179	UN	50	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 50MM	R\$ 9,5833	R\$ 479,1667
180	UN	50	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 100 X 50MM	R\$ 16,9667	R\$ 848,3333
181	UN	50	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 100 X 75MM	R\$ 22,9667	R\$ 1.148,3333
182	UN	50	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 100MM	R\$ 18,7000	R\$ 935,0000
183	UN	50	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 40MM	R\$ 4,8667	R\$ 243,3333
184	UN	50	JUNÇÃO SIMPLES PVC ESGOTO 75MM	R\$ 9,1000	R\$ 455,0000
185	UN	5	KIT ACESSÓRIO PARA BANHEIRO EM AÇO INOX, 1 PORTA TOALHA BARRA, 1 PORTA TOALHA ARGOLA, 1 CABIDE SIMPLES, 1 PORTA PAPEL HIGIÊNICO, 1 SABONETEIRA DE PAREDE	R\$ 70,9833	R\$ 354,9167
186	UN	40	KIT FIXAÇÃO P/ VASO SANITÁRIO, 2 PARAFUSOS DE LATÃO COM PORCA CROMADA E BUCHA PLÁSTICA	R\$ 4,0167	R\$ 160,6667
187	UN	10	LÁPIS CARPINTEIRO	R\$ 2,8500	R\$ 28,5000
188	UN	10	LAVATÓRIO COM COLUNA, LOUÇA BRANCA, MODELO RAVENA	R\$ 171,1333	R\$ 1.711,3333
189	UN	10	LIMA CHATA 8 POL COM CABO	R\$ 14,0833	R\$ 140,8333
190	UN	5	LIMA PARA MOTOSERRA COM CABO - 8X5/33	R\$ 10,2167	R\$ 51,0833
191	UN	5	LIMA PARA MOTOSERRA COM CABO - 8X7/32	R\$ 10,0500	R\$ 50,2500
192	UN	10	LIMA TRIANGULAR DELGADA 8 POL	R\$ 20,0167	R\$ 200,1667
193	UN	50	LIXA PARA FERRO Nº 150 / 160	R\$ 3,4833	R\$ 174,1667
194	UN	50	LIXA PARA FERRO Nº 220	R\$ 3,5833	R\$ 179,1667
195	UN	50	LIXA PARA FERRO Nº 120	R\$ 3,4833	R\$ 174,1667
196	UN	50	LIXA PARA FERRO Nº 80	R\$ 3,8167	R\$ 190,8333
197	UN	50	LIXA PARA PAREDE Nº 120	R\$ 1,5667	R\$ 78,3333
198	UN	50	LIXA PARA PAREDE Nº 150	R\$ 1,5833	R\$ 79,1667
199	UN	50	LIXA PARA PAREDE Nº 200 / 220	R\$ 1,5667	R\$ 78,3333
200	UN	50	LIXA PARA PAREDE Nº 80	R\$ 1,7500	R\$ 87,5000
201	MT	500	LONA PRETA, ROLO 8M 200 MICRAS	R\$ 544,2667	R\$ 272.133,3333
202	UN	150	LUVA DE CORRER PARA TUBO ESGOTO 100MM BRANCO	R\$ 19,5333	R\$ 2.930,0000
203	UN	100	LUVA DE CORRER PARA TUBO ESGOTO 150MM BRANCA	R\$ 51,0367	R\$ 5.103,6667
204	UN	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 20MM	R\$ 8,3667	R\$ 418,3333
205	UN	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 25MM	R\$ 14,3000	R\$ 715,0000
206	UN	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 32MM	R\$ 25,2667	R\$ 1.263,3333
207	UN	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 40MM	R\$ 29,4867	R\$ 1.474,3333
208	UN	50	LUVA DE CORRER SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 50MM	R\$ 33,6833	R\$ 1.684,1667
209	UN	50	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 25 X 20MM	R\$ 1,4500	R\$ 72,5000
210	UN	50	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 32 X 25MM	R\$ 2,5000	R\$ 125,0000
211	UN	50	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 40 X 32MM	R\$ 3,7000	R\$ 185,0000
212	UN	50	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA PVC HIDRÁULICO 50 X 40MM	R\$ 5,3200	R\$ 266,0000
213	PAR	150	LUVA MISTA DE VAQUETA COM RASPA TIPO PETROLEIRA, TAMANHO G	R\$ 21,6333	R\$ 3.245,0000
214	PAR	150	LUVA MISTA DE VAQUETA COM RASPA TIPO PETROLEIRA, TAMANHO GG	R\$ 22,6333	R\$ 3.395,0000
215	UN	50	LUVA SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 20MM	R\$ 0,6833	R\$ 34,1667
216	UN	50	LUVA SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 25MM	R\$ 1,0333	R\$ 51,6667
217	UN	50	LUVA SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 32MM	R\$ 2,5833	R\$ 129,1667
218	UN	50	LUVA SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 40MM	R\$ 4,8500	R\$ 242,5000
219	UN	50	LUVA SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 50MM	R\$ 5,5000	R\$ 275,0000
220	UN	50	LUVA SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 75MM	R\$ 18,6333	R\$ 931,6667
221	UN	50	LUVA SRM 20MM X 1/2 POL	R\$ 2,2167	R\$ 110,8333



222	UN	50	LUVA SRM 25MM X 1/2 POL	R\$ 3,9000	R\$ 195,0000
223	UN	50	LUVA SRM 25MM X 3/4 POL	R\$ 3,6500	R\$ 182,5000
224	UN	5	MACHADO LENHADOR 3.5 POL, C/ CABO	R\$ 114,9500	R\$ 574,7500
225	LT	500	MANTA LÍQUIDA, DE BASE ACRÍLICA 15 / 18L (MARCAS REFERENCIA: VEDAPREN, QUARTZOLIT, BAUTECH)	R\$ 328,9000	R\$ 164.450,0000
226	UN	3	MARRETA OITAVADA COM CABO, 10KG	R\$ 244,1000	R\$ 732,3000
227	UN	3	MARRETA OITAVADA COM CABO, 3KG	R\$ 105,2167	R\$ 315,6500
228	UN	3	MARRETA OITAVADA COM CABO, 5KG	R\$ 140,3000	R\$ 420,9000
229	UN	5	MARTELO UNHA 27MM	R\$ 38,8667	R\$ 194,3333
230	GAL	50	MASSA ACRÍLICA 18 / 25KG	R\$ 144,0033	R\$ 7.200,1667
231	GAL	50	MASSA ACRÍLICA 3,6 KG	R\$ 59,2967	R\$ 2.964,8333
232	GAL	100	MASSA CORRIDA PVA 20 / 25 KG	R\$ 91,8500	R\$ 9.185,0000
233	GAL	100	MASSA CORRIDA PVA 3,6KG	R\$ 33,4167	R\$ 3.341,6667
234	UN	50	NIPEL PVC ROSCÁVEL ÁGUA FRIA 1/2 POL	R\$ 1,3000	R\$ 65,0000
235	UN	3	NÍVEL A LASER 15 A 20M	R\$ 784,9267	R\$ 2.354,7800
236	UN	5	NÍVEL DE MÃO NIVELAMENTO MAGNÉTICO ALUMÍNIO 24 / 35CM BASE COM IMÃ	R\$ 45,1500	R\$ 225,7500
237	UN	20	ÓCULOS DE SEGURANÇA DE POLICARBONATO	R\$ 7,3667	R\$ 147,3333
238	UN	10	PÁ AJUNTADORA DE BICO, NR 04, C/ CABO TERMINAL POLY POL DE METAL	R\$ 61,8333	R\$ 618,3333
239	UN	500	PARAFUSO AUTO BROCANTE FLANGEADO PHILLIPS 4,2X13	R\$ 0,1467	R\$ 73,3333
240	UN	500	PARAFUSO BROCANTE CABEÇA PHILLIPS FLANGEADO 4,2X25	R\$ 0,2967	R\$ 148,3333
241	UN	1.000	PARAFUSO FENDA / PHILLIPS P/ MADEIRA, CHIPBOARD, 3.0 X 30MM / 3,5 X 30MM	R\$ 0,1533	R\$ 153,3333
242	UN	1.000	PARAFUSO FENDA PHILLIPS P/ MADEIRA, CHIPBOARD, 4.0 X 40MM	R\$ 0,1967	R\$ 196,6667
abri3	UN	1.000	PARAFUSO FENDA PHILLIPS P/ MADEIRA, CHIPBOARD, 5.0 X 50MM	R\$ 0,3133	R\$ 313,3333
244	UN	1.000	PARAFUSO FENDA SIMPLES P/MADEIRA, LATÃO POLIDO 3.2 X 30MM / 3,5 X 20MM	R\$ 0,1800	R\$ 180,0000
245	UN	1.000	PARAFUSO FENDA SIMPLES P/MADEIRA, LATÃO POLIDO 5.5 X 50MM / 5.0 X 60MM	R\$ 0,3300	R\$ 330,0000
246	UN	5.000	PARAFUSO PHILIPS ROSCA ROBERBA 10MM	R\$ 0,9833	R\$ 4.916,6667
247	UN	5.000	PARAFUSO PHILIPS ROSCA ROBERBA 12MM	R\$ 1,3000	R\$ 6.500,0000
248	UN	5.000	PARAFUSO PHILIPS ROSCA ROBERBA 6MM	R\$ 0,5500	R\$ 2.750,0000
249	UN	5.000	PARAFUSO PHILIPS ROSCA ROBERBA 8MM	R\$ 0,8333	R\$ 4.166,6667
250	UN	1.000	PARAFUSO SEXTAVADO, ROSCA SOBERBA, AÇO ZINCADO 1/4 POL X 30MM	R\$ 0,6667	R\$ 666,6667
251	UN	1.000	PARAFUSO SEXTAVADO, ROSCA SOBERBA, AÇO ZINCADO 3/8 POL X 50MM	R\$ 1,1667	R\$ 1.166,6667
252	UN	1.000	PARAFUSO SEXTAVADO, ROSCA SOBERBA, AÇO ZINCADO 3/8 POL X 60MM	R\$ 1,1000	R\$ 1.100,0000
253	UN	2	PÉ DE CABRA LISO 3/4 POL X 80CM	R\$ 71,1333	R\$ 142,2667
254	UN	5	PENEIRA PARA AREIA GROSSA - MALHA 10 ARO METÁLICO DIÂMETRO 55 / 60CM	R\$ 52,7833	R\$ 263,9167
255	UN	5	PENEIRA PARA AREIA GROSSA - MALHA 8 ARO METÁLICO DIÂMETRO 55 / 60CM	R\$ 50,3000	R\$ 251,5000
256	UN	5	PICARETA FORJADA PÁ E MACHADO C/ CABO	R\$ 116,4000	R\$ 582,0000
257	UN	10	PINCEL TRINCHA DE 1 POL	R\$ 4,3000	R\$ 43,0000
258	UN	10	PINCEL TRINCHA DE 2 POL	R\$ 7,2833	R\$ 72,8333
259	UN	10	PINCEL TRINCHA DE 3 POL	R\$ 13,4500	R\$ 134,5000
260	M2	300	PISO CERÂMICA 40 X 40CM PEI-5, CLASSE A	R\$ 27,4633	R\$ 8.239,0000
261	M2	300	PISO CERÂMICA 50 X 50CM PEI-5, CLASSE A	R\$ 26,4833	R\$ 7.945,0000
262	M2	300	PISO CERÂMICA 60 X 60CM PEI-5, CLASSE A	R\$ 30,5833	R\$ 9.175,0000
263	M2	300	PISO RETIFICADO PORCELANATO ACETINADO 72X72 / 80X80	R\$ 72,2667	R\$ 21.680,0000
264	M2	300	PISO RETIFICADO PORCELANATO POLIDO 80X80	R\$ 83,6333	R\$ 25.090,0000
265	UN	15	PLUG PVC ROSCÁVEL ÁGUA FRIA 3/4 POL	R\$ 1,6000	R\$ 24,0000
266	UN	15	PLUG PVC ROSCÁVEL ÁGUA FRIA 1/2 POL	R\$ 1,0000	R\$ 15,0000
267	UN	5	PONTEIRO DE AÇO REDONDA 3/4 X 12 POL	R\$ 29,7500	R\$ 148,7500
268	UN	5	PONTEIRO DE AÇO REDONDA 3/4 X 8 POL	R\$ 16,9667	R\$ 84,8333
269	UN	2.000	PORCA SEXTAVADA 1/2 POL	R\$ 0,6500	R\$ 1.300,0000
270	UN	2.000	PORCA SEXTAVADA 1/4 POL	R\$ 0,1400	R\$ 280,0000
271	UN	2.000	PORCA SEXTAVADA 3/8 POL	R\$ 0,2833	R\$ 566,6667
272	UN	10	PORTA DE MADEIRA COMPENSADA (0,80 X 2,10M)	R\$ 241,0000	R\$ 2.410,0000
273	KG	15	PREGO 15X15	R\$ 21,5300	R\$ 322,9500
274	KG	15	PREGO 17X21	R\$ 20,3667	R\$ 305,5000
275	UN	5	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR, PORTA BRANCA, 12 DISJ. DIN	R\$ 90,6375	R\$ 453,1875
276	UN	5	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR, PORTA BRANCA, 16 DISJ. DIN	R\$ 113,6000	R\$ 568,0000
277	UN	5	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO EMBUTIR, PORTA BRANCA, 24 DISJ. DIN	R\$ 175,1633	R\$ 875,8167
278	UN	10	RALO 10X10 SIFONADO SAÍDA DE 50MM	R\$ 16,4500	R\$ 164,5000
279	UN	10	RALO 15X15 SIFONADO SAÍDA DE 50MM	R\$ 29,5667	R\$ 295,6667



280	UN	30	REGISTRO DE ESFERA GALVANIZADO 1 POL	R\$ 60,9867	R\$ 1.829,6000
281	UN	30	REGISTRO DE GAVETA 3/4 POL, LATÃO CROMADO, C/ CANOPLA	R\$ 69,2967	R\$ 2.078,9000
282	UN	30	REGISTRO PRESSÃO BRONZE BASE 3/4 POL, C/ CANOPLA	R\$ 78,1500	R\$ 2.344,5000
283	UN	100	REJUNTE CORES VARIADAS 1KG	R\$ 7,9533	R\$ 795,3333
284	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 15CM, ESPUMA DE POLIÉSTER, COM CABO	R\$ 15,6833	R\$ 78,4167
285	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 15CM, PELE DE CARNEIRO, ALTURA DA LÃ 13 MM	R\$ 16,8167	R\$ 84,0833
286	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 23CM, ESPUMA DE POLIÉSTER	R\$ 19,6000	R\$ 98,0000
287	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 23CM, PELE DE CARNEIRO, ALTURA DA LA 19 MM	R\$ 39,0333	R\$ 195,1667
288	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 5CM, ESPUMA DE POLIÉSTER, COM CABO	R\$ 4,1467	R\$ 20,7333
289	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 5CM, LÃ DE CARNEIRO, ALTURA DA LÃ 5 MM, COM CABO	R\$ 7,5000	R\$ 37,5000
290	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 9CM, ESPUMA DE POLIÉSTER, COM CABO	R\$ 7,6300	R\$ 38,1500
291	UN	5	ROLO PARA PINTURA, 9CM, PELE DE CARNEIRO, ALTURA DA LA 13 MM, COM CABO	R\$ 13,1500	R\$ 65,7500
292	GAL	400	SELADOR ACRÍLICO 18L	R\$ 132,6500	R\$ 53.060,0000
293	GAL	100	SELADOR ACRÍLICO 3,6L	R\$ 39,6600	R\$ 3.966,0000
294	GAL	50	SELADOR PARA MADEIRA 3,6L	R\$ 114,2833	R\$ 5.714,1667
295	UN	2	SERRA CIRCULAR ELÉTRICA ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: 1.400W, 5.000 RPM, DISCO 185 MM, FURO 20MM	R\$ 761,3000	R\$ 1.522,6000
296	UN	2	SERRA COPO BI-METÁLICA 1 POL	R\$ 67,8667	R\$ 135,7333
297	UN	2	SERRA COPO BI-METÁLICA 1.1/2 POL	R\$ 127,1333	R\$ 254,2667
298	UN	2	SERRA COPO BI-METÁLICA 1.1/4 POL	R\$ 112,9333	R\$ 225,8667
299	UN	2	SERRA COPO BI-METÁLICA 2 POL	R\$ 122,9000	R\$ 245,8000
300	UN	50	SERRA MANUAL BI-METÁLICA	R\$ 12,9600	R\$ 648,0000
301	UN	5	SERROTE 22 POL	R\$ 84,0167	R\$ 420,0833
302	UN	50	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL CROMADO	R\$ 37,2333	R\$ 1.861,6667
303	UN	200	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL PLÁSTICO	R\$ 8,5725	R\$ 1.714,5000
304	UN	100	TÁBUA PINUS 30X3MT	R\$ 42,7733	R\$ 4.277,3333
305	UN	5	TALHADEIRA AÇO REDONDA 3/4 POL X 12 POL	R\$ 37,9667	R\$ 189,8333
306	UN	10	TANQUE DE PAREDE DE UM BATEDOR MARMORE/GRANITO	R\$ 223,7100	R\$ 2.237,1000
307	UN	50	TÊ PVC ESGOTO 75 X 50MM	R\$ 10,9667	R\$ 548,3333
308	UN	50	TÊ PVC ESGOTO 100 X 50MM	R\$ 13,6500	R\$ 682,5000
309	UN	50	TÊ PVC ESGOTO 100MM	R\$ 13,1167	R\$ 655,8333
310	UN	50	TÊ PVC ESGOTO 150MM	R\$ 51,8667	R\$ 2.593,3333
311	UN	50	TÊ PVC ESGOTO 40MM	R\$ 3,0167	R\$ 150,8333
312	UN	50	TÊ PVC ESGOTO 50MM	R\$ 3,6833	R\$ 184,1667
313	UN	50	TÊ PVC ESGOTO 75MM	R\$ 15,1000	R\$ 755,0000
314	UN	50	TÊ SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 32MM	R\$ 5,8333	R\$ 291,6667
315	UN	50	TÊ SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 40MM	R\$ 7,6633	R\$ 383,1667
316	UN	50	TÊ SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 50MM	R\$ 12,1167	R\$ 605,8333
317	UN	50	TÊ SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 20MM	R\$ 1,1067	R\$ 55,3333
318	UN	50	TÊ SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 25MM	R\$ 2,0500	R\$ 102,5000
319	UN	50	TÊ SOLDÁVEL SRM 20MM X 1/2 POL PVC HIDRÁULICO	R\$ 11,9000	R\$ 595,0000
320	UN	50	TÊ SOLDÁVEL SRM 25MM X 3/4 POL PVC HIDRÁULICO	R\$ 5,1500	R\$ 257,5000
321	UN	5.000	TELHA CERÂMICA AMERICANA	R\$ 2,6767	R\$ 13.383,3333
322	UN	5.000	TELHA CERÂMICA COLONIAL	R\$ 3,7333	R\$ 18.666,6667
323	UN	5.000	TELHA CERÂMICA PORTUGUESA	R\$ 2,3933	R\$ 11.966,6667
324	UN	5.000	TELHA CERÂMICA ROMANA	R\$ 2,3533	R\$ 11.766,6667
325	UN	30	THINNER 5L	R\$ 84,3500	R\$ 2.530,5000
326	UN	30	THINNER 900ML	R\$ 17,1333	R\$ 514,0000
327	UN	15.000	TIJOLO CERÂMICA, DIMENSÃO 9X19X29	R\$ 1,8500	R\$ 27.750,0000
328	UN	15.000	TIJOLO MACIÇO (PÓ DE MICO), DIMENSÃO: 9X5,3X19	R\$ 0,5033	R\$ 7.550,0000
329	GAL	200	TINTA ACRÍLICA 18L	R\$ 294,1167	R\$ 58.823,3333
330	GAL	200	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO 18L	R\$ 506,1500	R\$ 101.230,0000
331	GAL	200	TINTA PARA PISO 18L	R\$ 341,3333	R\$ 68.266,6667
332	GAL	200	TINTA ESMALTE COR METÁLICO 3,6L	R\$ 162,6333	R\$ 32.526,6667
333	GAL	200	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6L	R\$ 142,6667	R\$ 28.533,3333
334	UN	50	TORNEIRA PARA JARDIM 1/2 POL, LATÃO CROMADO, COM ALAVANCA REVESTIDO EM BORRACHA	R\$ 23,8467	R\$ 1.192,3333
335	UN	50	TORNEIRA PARA JARDIM 3/4 POL, LATÃO CROMADO, COM ALAVANCA REVESTIDO EM BORRACHA	R\$ 28,7033	R\$ 1.435,1667
336	UN	50	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO 1/2 POL, TIPO BICA BAIXA, CROMADA COM ALAVANCA REVESTIDO EM BORRACHA	R\$ 49,8000	R\$ 2.490,0000
337	UN	50	TORNEIRA PARA PIA 1/2 POL, DE PAREDE, TIPO BICA ALTA, LATÃO COM ALAVANCA REVESTIDO EM BORRACHA	R\$ 50,6667	R\$ 2.533,3333
338	UN	50	TORNEIRA PARA TANQUE 1/2 POL	R\$ 14,8000	R\$ 740,0000
339	UN	5	TORQUÊS PARA ARMADOR 12 POL	R\$ 46,9667	R\$ 234,8333
340	UN	5	TORQUÊS PARA AZULEJISTA 8 POL	R\$ 44,3000	R\$ 221,5000
341	UN	5	TORQUÊS PARA CARPINTEIRO 5 POL	R\$ 48,3333	R\$ 241,6667



342	UN	100	TRELIÇA DE AÇO H12 6M	R\$ 57,3000	R\$ 5.730,0000
343	UN	100	TRELIÇA DE AÇO H8 6M	R\$ 44,9167	R\$ 4.491,6667
344	UN	2	TRENA A LASER 30 / 40 METROS DE ALCANCE	R\$ 370,8433	R\$ 741,6867
345	UN	10	TRENA CURTA, FITA DE AÇO COM TRAVA E PRESILHA, 8 / 10MT	R\$ 42,5833	R\$ 425,8333
346	UN	10	TRENA CURTA, FITA DE AÇO COM TRAVA E PRESILHA, 5M	R\$ 23,2167	R\$ 232,1667
347	UN	5	TRENA LONGA, FITA DE FIBRA DE VIDRO, 50M	R\$ 71,4333	R\$ 357,1667
348	UN	10	TUBO DE DESCARGA PLÁSTICO DE SOBREPOR	R\$ 21,4667	R\$ 214,6667
349	UN	100	TUBO PVC ESGOTO 100MM, COM 6M	R\$ 75,7667	R\$ 7.576,6667
350	UN	50	TUBO PVC ESGOTO 150MM, COM 6M	R\$ 181,2967	R\$ 9.064,8333
351	UN	50	TUBO PVC ESGOTO 200MM, COM 6M	R\$ 432,2500	R\$ 21.612,5000
352	UN	100	TUBO PVC ESGOTO 40MM, COM 6M	R\$ 36,0167	R\$ 3.601,6667
353	UN	100	TUBO PVC ESGOTO 50MM, COM 6M	R\$ 54,2967	R\$ 5.429,6667
354	UN	100	TUBO PVC ESGOTO 75MM, COM 6M	R\$ 81,7667	R\$ 8.176,6667
355	UN	50	TUBO SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 20MM, COM DE 6M	R\$ 20,5667	R\$ 1.028,3333
356	UN	100	TUBO SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 25MM, COM DE 6M	R\$ 20,1833	R\$ 2.018,3333
357	UN	100	TUBO SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 32MM, COM DE 6M	R\$ 47,2000	R\$ 4.720,0000
358	UN	50	TUBO SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 40MM, COM DE 6M	R\$ 68,9500	R\$ 3.447,5000
359	UN	50	TUBO SOLDÁVEL PVC HIDRÁULICO 50MM, COM 6M	R\$ 79,6333	R\$ 3.981,6667
360	UN	30	VÁLVULA DE ESCOAMENTO P/ PIA	R\$ 4,7000	R\$ 141,0000
361	UN	30	VÁLVULA DE ESCOAMENTO P/ TANQUE	R\$ 5,7000	R\$ 171,0000
362	UN	30	VÁLVULA DE ESCOAMENTO P/LAVATÓRIO	R\$ 5,3667	R\$ 161,0000
363	UN	20	VÁLVULA DE ESFERA VS SOLDÁVEL 20MM	R\$ 10,7000	R\$ 214,0000
364	UN	20	VÁLVULA DE ESFERA VS SOLDÁVEL 25MM	R\$ 12,4667	R\$ 249,3333
365	UN	20	VÁLVULA DE ESFERA VS SOLDÁVEL 32MM	R\$ 21,8167	R\$ 436,3333
366	UN	20	VÁLVULA DE ESFERA VS SOLDÁVEL 50MM	R\$ 30,8500	R\$ 617,0000
367	UN	10	VÁLVULA DE RETENÇÃO DE ESGOTO 100MM	R\$ 105,1633	R\$ 1.051,6333
368	UN	10	VASO SANITÁRIO C/ CX. ACOPLADA, LOUÇA BRANCA	R\$ 493,6500	R\$ 4.936,5000
369	UN	10	VASO SANITÁRIO, LOUÇA BRANCA	R\$ 230,5167	R\$ 2.305,1667
370	UN	100	VERGALHÃO 10MM, BARRA 12M	R\$ 70,6300	R\$ 7.063,0000
371	UN	100	VERGALHÃO 12 / 12,5MM, BARRA 12M	R\$ 111,2333	R\$ 11.123,3333
372	UN	100	VERGALHÃO 16MM, BARRA 12M	R\$ 179,3500	R\$ 17.935,0000
373	UN	100	VERGALHÃO 5MM, BARRA 12M	R\$ 21,8000	R\$ 2.180,0000
374	UN	100	VERGALHÃO 6,3MM, BARRA 12M	R\$ 27,1333	R\$ 2.713,3333
375	UN	100	VERGALHÃO 8MM, BARRA 12M	R\$ 48,0000	R\$ 4.800,0000
376	GAL	50	VERNIZ ACRÍLICO 3,6L	R\$ 119,4767	R\$ 5.973,8333
377	GAL	50	VERNIZ MARÍTIMO 3,6L	R\$ 155,3267	R\$ 7.766,3333
R\$ 2.034.505,3400					

O custo estimado total será de **R\$ 2.034.505,34 (dois milhões, trinta e quatro mil, quinhentos e cinco reais e trinta e quatro centavos)**, conforme estimativa de preço realizada pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, anexa ao processo administrativo.

1.2. As aquisições são classificadas como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.0 JUSTIFICATIVA:

2.1. O Município de Itarumã necessita da contratação de empresa(s) para registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, sendo entregues após a solicitação, com fornecimento parcelado, para atendimento das necessidades das diversas Secretarias e Fundos do Município de Itarumã.

2.2. Demanda Contínua e Variável: As demandas por materiais de construção nas Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO são essenciais e variam de acordo com as necessidades de cada setor. A contratação de empresa para futura e eventual aquisição permite que tenhamos acesso imediato a esses produtos conforme demanda, evitando interrupções nos serviços públicos.

2.3. Ao contratar uma empresa para fornecimento futuro e eventual desses materiais, o Município de Itarumã/GO poderá obter preços mais vantajosos e competitivos



por meio de um processo licitatório, possibilitando economia de recursos públicos, uma vez que a compra será feita em maior quantidade, com preços mais baixos por unidade.

2.4. A contratação de empresa para fornecer materiais de construção para todas as Secretarias e Fundos simplificará a gestão de compras públicas, reduzindo a burocracia administrativa e facilitará o controle de estoque e distribuição desses itens.

2.5. Ao selecionar a empresa por meio de um processo licitatório, o Município poderá garantir a qualidade dos produtos adquiridos, bem como a regularidade no fornecimento, sendo essencial para garantir a execução de obras e serviços essenciais, em todos os órgãos municipais.

2.6. A contratação por meio de licitação para futura e eventual aquisição está em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e legalidade nos processos de compra pública.

2.7. Com um contrato de futura e eventual aquisição, o Município terá a flexibilidade necessária para adquirir os materiais de forma ágil, sempre que necessário, sem atrasos ou contratempos relacionados à falta de estoque ou à espera por novos processos licitatórios.

2.8. Em suma, a contratação de uma empresa para futura e eventual aquisição de construção atende às necessidades operacionais das Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO de forma eficiente, econômica e em conformidade com as normas legais estabelecidas para as compras públicas.

3.0 DO PRAZO E FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1. O fornecimento será efetuado em até **72h (setenta e duas horas)** contados a partir do recebimento da autorização de entrega.

3.1.1. No caso do objeto ser a prestação dos serviços, será emitida Ordem de Prestação de Serviços onde constará os serviços a serem prestados, incluindo o responsável pelo recebimento e data da emissão.

3.1.2. As compras/prestação dos serviços serão realizadas de forma parcelada (diariamente, conforme a necessidade), através de requisição de compra emitida pelo Departamento competente.

3.2. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente com os prazos.

3.3. Os produtos deverão ser de 1ª (qualidade) e atender a legislação vigente.

3.3.1. As compras/prestação dos serviços **será contínuo e fracionado** de acordo com as necessidades apresentadas de cada Secretaria e Fundo do Município.

3.3.2. 3.2 - O produto será entregue nas dependências da CONTRATADA, diretamente na bomba, dentro do perímetro urbano do Município de Itarumã – Goiás.

3.3.3. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregues/prestação dos serviços.

3.3.4. Os produtos deverão ser de excelente qualidade e estarem de acordo com as normas de segurança e INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial). Não sendo admitidos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei.

3.4. A empresa detentora da ata e ou contratada deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto atendimento das necessidades da Administração Pública, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará sanções administrativas previstas em



contrato, inclusive sanções de natureza pecuniária.

3.4.1. Só serão aceitos os produtos que não estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujos preços unitários excedam o valor licitado. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

3.5. Quando for detectado que os produtos entregues não apresentam o padrão de qualidade regulamentado pelas leis respectivas, pelos órgãos de controle, compatibilidade com o solicitado no termo de referência, ou for divergente do produto apresentado na proposta, o fornecedor deverá trocá-lo em até 48 horas, e responderá por processo administrativo para a apuração dos fatos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.6. Os fatos dispostos no item 3.5., poderá ensejar, quando houver prejuízo de fato ou implicar em potencial prejuízo iminente à administração, ela poderá Cancelar o Registro do fornecedor, ou Rescindir Unilateralmente o Instrumento de Contrato, assegurada defesa prévia, independente de processo administrativo sancionatório, uma vez que o cancelamento ou a rescisão contratual não possui natureza sancionatório, sem prejuízo das sanções dispostas no Edital e Instrumento de Contrato.

3.7. Todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, bem como quaisquer outros necessários à produção/disposição/prestação dos serviços ou fornecimento dos produtos correrão inteira e exclusivamente por conta do CONTRATADO.

4.0. DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE:

4.1. A vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato, será de **12 (doze) meses a contar da data da assinatura**, podendo ser prorrogados conforme a Lei nº 14.133/21, por igual período, desde de que comprovada a vantajosidade do preço.

4.2. Ata de Registro de Preços e, ou contrato terá seu extrato publicado no site do Município de Itarumã/GO, e a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no mesmo.

5.0. DO ACOMPANHAMENTO:

5.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa fornecedora o fiscal verificará a procedência dos produtos entregues comprovando a qualidade dos mesmos.

5.2. O CONTRATANTE poderá recusar os produtos entregues, se não atender ao estipulado no item 3.1. deste Termo de Referência.

5.3. O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos/prestação dos serviços serão exercidos por meio de um representante legal indicado pelo Órgão Contratante, denominado **FISCAL**, ao qual compete fiscalizar, conferir e avaliar a entrega dos produtos, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência a Administração.

5.4. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para acompanhamento e controle de execução do contrato;

5.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da



Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente;

5.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou providências cabíveis.

6.0. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Entregar os produtos em conformidade com a descrição e marca apresentado na proposta de igual ou superior qualidade, bem como devem estar em bom estado de conservação com prazo de validade não inferior a 90 dias.

6.1.1.1. As compras/prestação dos serviços serão realizadas de forma parcelada (diariamente, conforme a necessidade), através de requisição de compra emitida pelo Departamento competente.

6.1.2. Proceder à troca imediata dos produtos que não atenderem aos padrões de qualidade exigidos no subitem acima, sob pena de sinalização do não recebimento dos mesmos.

6.1.3. A contratada deverá entregar os produtos no local informado pela Secretaria Solicitante (Ordem de Compras);

6.1.4. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ou condenado por autoridade sanitária.

6.1.5. A contratada responde, por danos causados à **CONTRATANTE**, comprovada a culpa ou dolo.

6.1.6. Manter sempre a qualidade dos produtos, nas mesmas condições estabelecidas nesse termo e no instrumento contratual;

6.1.7. Não transferir a outrem o objeto do Contrato;

6.1.8. Fornecer todos os produtos conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato respeitando suas Cláusulas;

6.1.9. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus produtos decorrentes do cumprimento do Contrato;

6.1.10. Responder por todas e quaisquer obrigações relativas a direitos de marcas e patentes, ficando esclarecido que o Contratante não aceitará qualquer imputação nesse sentido.

6.1.11. Prestar esclarecimentos por escrito sempre que solicitados pelo Contratante, quando da ocorrência de reclamações para o que se obrigam a atender prontamente.

6.1.12. Comunicar imediatamente o Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, número de telefone, conta bancária, e em quaisquer outros julgados necessários para o correto contato ou recebimento de correspondências.

6.1.13. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e Comerciais resultantes do fornecimento dos produtos.

6.1.14. A inadimplência das obrigações com encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto licitado.

6.1.15. Arcar com todas as despesas inerentes direta ou indiretamente a fornecimento dos produtos, tais como: transporte, fretes, encargos trabalhistas, impostos, mão de obra para fornecimento de produtos e demais incidentes sobre o fornecimento/prestação dos serviços.

6.1.16. A detentora da Ata e/ou contratada fica obrigado a aceitar nas mesmas



condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento da quantidade total adjudicada.

6.2. DO CONTRATANTE:

6.2.1. Efetuar o pagamento a contratada no prazo e forma estipulados, mediante documento hábil de quitação.

6.2.2. Realizar a fiscalização prévia da procedência dos produtos entregues comprovando a qualidade dos mesmos;

6.2.3. Constatadas quaisquer irregularidades no objeto recebido, a CONTRATANTE poderá:

a) rejeitá-lo no todo ou em parte, se não corresponder às especificações exigidas, determinando sua substituição;

b) determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

c) determinar a paralização no fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ou condenado por autoridade sanitária.

6.2.4. Emitir ato designando o responsável pela fiscalização e recebimento dos produtos.

6.1.5. Notificar, por escrito, a Contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;

7.0. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades entregues/prestação dos serviços, após a emissão pela empresa da Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Empenho, para, após conferência, atesto e aceite pelo fiscal do contrato e pelo controle interno.

7.2. Os pagamentos serão efetuados mediante ordem bancária, transferência eletrônica, ou outra forma de saque autorizado pelo Banco Central do Brasil, na qual a destinação e o credor final fiquem identificados no documento.

7.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Itarumã e ou em seus Fundos em favor da Licitante vencedora. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário

7.3. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Fornecedor e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento.

8.0 MEDIDAS ACAUTELADORAS:

8.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9.0 DAS SANÇÕES:

9.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual



atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do presente Contrato;

9.1.3. Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato ou do empenho;

9.1.4. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Itarumã, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.1.5. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;

9.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

10.0. DAS ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

11.0. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

11.1.1. Os itens deverão ser entregues intactos ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

11.1.2. A empresa ganhadora dos itens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos porventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do edital.

11.1.3. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

12.0. REQUISITOS TÉCNICOS:

12.1. Os itens deverão atender todas as normas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e os padrões do INMETRO.

WEUGUER FLAVIO FERREIRA SANTOS
Pregoeiro Municipal



2 OBSERVAÇÕES

2.1 INDICAR NA PROPOSTA OS SEGUINTE ITENS:

- a) Razão social da Proponente
- b) Endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF).
- c) Telefone e endereço eletrônico (e-mail).
- d) Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.
- e) Validade da proposta de 60 (sessenta) dias.
- f) Prazo de entrega.

2.2. O item da proposta deverá obedecer estritamente aos itens constantes do Edital.

2.3. Ser apresentada no modelo fornecido pela Comissão ou segundo seu modelo próprio, obedecendo estritamente a PLANILHA FORNECIDA para facilitar e agilizar o andamento dos trabalhos. A referida planilha padrão de preenchimento (parte integrante das propostas) poderá ser fornecida em meio magnético (Pendrive) inserido no envelope proposta, contendo especificação dos produtos cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. O referido procedimento agilizará a análise das propostas e reduzirá os erros de elaboração das mesmas, conforme item 7.1.1 do Edital. Esta planilha poderá ser solicitada pelo email: itarumalicitacao@gmail.com

2.4. Para fins de facilitar o andamento dos trabalhos na realização do certame, os arquivos das planilhas fornecidas deverão ser observados os seguintes aspectos:

A) PREENCHER AS PLANILHAS SEM ALTERÁ-LAS, USANDO APENAS OS CAMPOS EM AMARELO.

B) NAO ACRESCENTAR MARCA D'ÁGUA, NEM LOGOTIPO DA EMPRESA.

C) NÃO ALTERAR A ESTRUTURA DA PLANILHA, NÃO ACRESCENTAR COLUNAS NEM LINHAS.

2.5. O preenchimento das propostas não exclui a necessidade de trazer os documentos para credenciamento, e a proposta impressa e assinada pelo responsável ou procurador.

e. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM.**



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA
MODELO (Papel timbrado da licitante)

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 004/2025

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2025

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12(doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº, órgão emissor e do CPF nº, DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial SRP N° 004/2025, que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
MODELO (Papel timbrado da licitante)
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2025

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12(doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº, órgão emissore do CPF nº, DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial SRP Nº 004/2025, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

MODELO (Papel timbrado da licitante)
EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 004/2025

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2025

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12(doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº, órgão emissor e do CPF nº, DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial SRP N.º 004/2025, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

MODELO (Papel timbrado da licitante)

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº ____/2025

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº, órgão emissor e do CPF nº,
DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial SRP Nº 004/2025, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz
().

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

Obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2025

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até a presente data, **inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação**, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____/_____/_____.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/205

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____ sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação no **Pregão Presencial nº 004/2025**, a inexistência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

_____/_____/_____.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ



ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº/2025

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº ____/2025
PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

Aos dias, de de 2025, O MUNICIPIO DE ITARUMÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na _____, Itarumã, Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato representado pelo Secretário Municipal, _____, brasileiro, residente e domiciliado na _____, portador da RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, doravante denominado de ÓRGÃO GERENCIADOR.

Detentora da Ata de Registro de Preços:

RAZÃO SOCIAL e nome Fantasia (se tiver), tipo de sociedade (Ltda, S.A, ME etc.), endereço completo, CEP, telefone, cidade, estado, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], Inscrição Estadual n. [xxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF nº [xxxx], nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado endereço, CEP, telefone, cidade, estado.

As partes acima elencadas **RESOLVEM**, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, **FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ARP REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL** acima referenciado, cuja demanda é o **OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital e **PREÇOS REGISTRADOS** das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do Pregão Presencial SRP nº ____/2025 realizado em ____/____/2025, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Presencial



nº..... acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação dede de 2025, do qual passa a fazer parte integrante está Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Objeto desta Ata é o Registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

1.2. O Município de Itarumã e seus fundos não se obriga a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de um ano, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Presencial nº 004/2025-SRP**, terá seu extrato publicado no site oficial do município, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP) de preços.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro

2.4. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

3.1. As aquisições serão solicitadas conforme a necessidade da Secretaria demandante, mediante a assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços, no prazo imediato, mediante apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

3.2. Os produtos poderão ser comprados a partir da assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

3.3. O não fornecimento e/ou atraso injustificado do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE



PAGAMENTO

4.1. O pagamento das faturas à detentora da Ata de Registro de Preços, será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal referente aos produtos efetivamente entregues, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada pelo responsável da Secretaria demandante, juntamente com as Ordens de Compra emitidas, devidamente assinada por servidor identificado e autorizado para tal, desde que, no ato do recebimento dos produtos seja atendida todas as especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

4.2. O prazo para a efetivação do pagamento referente ao(s) produtos solicitados/serviços prestados e devidamente entregues/efetuados será de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da(s) respectiva(s) Ordem de Compras e demais documentação necessária, de acordo com o Termo de Referência, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Detentora da Ata.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Serviço, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5. Os preços registrados constam da ATA realinhada em anexo, a qual faz parte integrante desta ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei 14.133/21.

5.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual aumento dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

5.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.4. Quando o valor registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes



do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada averacidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista no art. 156 incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1. Nos valores registrados quanto aos produtos a ser adquiridos, incluem-se todos e quaisquer despesas inerentes direta ou indiretamente ao fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, tais como: transporte, encargos trabalhistas, impostos, mão de obra para fornecimento de produtos e demais incidentes sobre o fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

7.1. As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento do Município, da seguinte forma:

03 – Prefeitura Municipal De Itarumã

02 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

100 – Fonte

170 - Fonte

3.3.90.30 - Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

03 – Secretaria da Administração

04.122.1203.2.003 - Atividades Administrativas

100 – Fonte

170 - Fonte

3.3.90.30 - Material de Consumo



03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

05 – Secretaria de Agropecuária, Ind. e Comércio

20.122.0005.2.008 – Manutenção da Sec. de Agropecuária, Indust. e Comércio

100 – Fonte

170 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

07 – Secretaria de Turismo, Desporto e Lazer

27.812.0007.2.018 – Manutenção das Atividades de Turismo, Desporto e Lazer

100 – Fonte

170 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

15.122.0008.2.019 – Atividades da Secretaria e Departamentos

15.122.0008.1.017 – Construção/reforma de Predios Públicos

15.452.0008.2.022 – Manutenção e Praças e Jardins

15.451.0008.1.020 - Construção de Redes Pluviais, Sargetas, Meio Fio e Calçadas

15.451.0008.2.021 – Manutenção do Cemitéio Municipal

15.452.0008.2.023 – Manutenção do Aterro Sanitário

17.512.0008.2.066 - Manutenção do Sistema de Agua e Esgoto

17.512.0008.2.067 – Manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário

100 – Fonte

170 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

03 – Prefeitura Municipal de Itarumã

11 – Secretaria de Transporte

26.782.0011.2.028 - Manutenção da Secretaria de Transporte

100 – Fonte

170 - Fonte

3.3.90.30 - Material de Consumo

07.09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2.057 – Manutenção das Atividades Gerais do FMS

102 - Fonte

10.302.0009.2.058 – Manutenção do Hospital Municipal – MAC

102 - Fonte

10.304.0009.2.060 – Manutenção da Vigilância Sanitária

107 – Fonte

102 - Fonte

10.301.0009.2.056 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF

107 – Fonte

102 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo



08.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241.0014.2.034 - Material Abrigo dos Idosos

08.243.0014.2.035 – Manutenção do Conselho Tutelar

08.244.0014.2.037 – Atividade da Assistência Social

08.244.0014.2.038 – Atividades do Centro de Referência Assistência Social

100 – Fonte

129 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.122.0006.2.068 – Municipal da Sec. de Educação

100 - Fonte

12.361.0006.2.013 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

101 - Fonte

12.365.0006.2.015 – Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil CEMEI

101 - Fonte

12.392.0006.2.016 – Manutenção da Biblioteca Pública

100 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

18.541.0017.2.043– Atividades da Secretaria do Meio Ambiente

100 - Fonte

33.90.30 – Material de Consumo

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:

8.2. Da Fornecedor/Beneficiária:

a) Entregar com pontualidade os produtos solicitados/serviços solicitados conforme solicitação/requisição emitida pela Secretaria demandante, devidamente assinada por servidor competente para tal;

b) Comunicar imediatamente e por escrito à Secretaria demandante, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente Ata;

d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

e) Comunicar ao Município de Itarumã modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;

f) Cumprir todas as obrigações no fornecimento dos bens/prestação dos serviços descritos no **TERMO DE REFERÊNCIA**, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço.

8.2.1. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes do fornecimento/prestação dos serviços, serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedor.



8.2.2. Fornecer os produtos de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

8.3. Do Órgão Gerenciador:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei 14.133/21;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Emitir ordem de compras dos produtos a serem adquiridos.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.1. Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior a aquele praticado no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- g) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

9.1.2. Pela Detentora quando:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

9.1.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes da ordem de compras emitido pelas secretarias demandantes.

9.2. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou



bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei 14.133/21, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

9.3. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei 14.133/21, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.4. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.5. A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133/21.

10.2. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Contratada as penalidades previstas na Lei 14.133/21.



11.1.1. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes, ou se caso for, cobrada judicialmente nos termos da lei.

11.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o MUNICÍPIO DE ITARUMÃ – GO, através de suas Secretarias.

12.2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os produtos a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.

g) Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos, através de Servidor designado para tal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133/21 e pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

13.2. A Detentora/Contratada não poderá usar eventuais direitos adquirido nesse processo como garantia para qualquer interessado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente ARP, fica eleito o Foro da Comarca de Itarumã/GO com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. Justos e acordados firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma



PREFEITURA
ITARUMÃ
Somando ideias e multiplicando resultados
ADM - 2025/2028

na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Itarumã - Goiás, XXX de XXX de 2025.

.....
CONTRATANTE

.....
EMPRESA DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHA 1:

Nome: CPF

Nome: CPF



ANEXO X
MINUTA DO CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2025

CONTRATO Nº ____/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
..... E A
EMPRESA _____, NA FORMA
QUE SEGUE:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025

DAS PARTES

CONTRATANTE:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE ITARUMÃ-GO, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na _____, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. _____, neste ato representado pelo _____, brasileiro, residente e domiciliado na _____, portador da RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, doravante designado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade - **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2025 – REGISTRO DE PREÇOS**, regido pela Lei 14.133/21, homologado pelo Gestor, em ____ de ____ de _____, que é parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã-GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital, abaixo os itens que constam do Contrato de Registro de Preços ____/____ Pregão



004/2025, a saber:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL
R\$ 0,00					

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos do EDITAL DE PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2025, a Ata de Registros de Preços n.º XXX/2025 constantes do Processo Licitatório n.º xx/2025, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da CONTRATADA.

Parágrafo único – A execução deste CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A contratação será custeada com os recursos decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO/ENTIDADE	DOTAÇÃO	FICHA	FONTE/ORIGEM
xxx	xxx	xxx	xxx

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pelo fornecimento do objeto deste CONTRATO, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço total referente aos preços unitários constantes do ANEXO I conforme descritos abaixo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

§ 1º. Os valores devidos pelo pelos produtos entregues serão pagos mediante ordem de compras, apresentação nota fiscal e liquidação da despesa, de forma parcelada, conforme a necessidade da Contratante, mediante apresentação dos comprovantes de regularidades perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante.

§ 2º Em caso de irregularidade(s) no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA

5.1. As compras/prestação dos serviços serão realizadas de forma parcelada (diariamente, conforme a necessidade), através de requisição de compra emitida pelo Departamento competente.

5.2. O FORNECEDOR deverá cumprir rigorosamente com os prazos.



5.3. Os produtos deverão ser de 1ª (qualidade) e atender a legislação vigente.

5.3.1. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos produtos entregue/prestação dos serviços solicitados.

5.4. A empresa detentora da ata e ou contratada deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto atendimento das necessidades da Administração Pública, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará sanções administrativas previstas em contrato, inclusive sanções de natureza pecuniária.

5.4.1. Só serão aceitos os produtos que não estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujos preços unitários excedam o valor licitado. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

5.5. Quando for detectado que os produtos entregues não apresentam o padrão de qualidade regulamentado pelas leis respectivas, pelos órgãos de controle, compatibilidade com o solicitado no termo de referência, ou for divergente do produto apresentado na proposta, o fornecedor deverá trocá-lo em até 02 horas, e responderá por processo administrativo para a apuração dos fatos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.6. Os fatos dispostos no item 3.5., poderá ensejar, quando houver prejuízo de fato ou implicar em potencial prejuízo iminente à administração, ela poderá Cancelar o Registro do fornecedor, ou Rescindir Unilateralmente o Instrumento de Contrato, assegurada defesa prévia, independente de processo administrativo sancionatório, uma vez que o cancelamento ou a rescisão contratual não possui natureza sancionatório, sem prejuízo das sanções dispostas no Edital e Instrumento de Contrato.

5.7. Todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, bem como quaisquer outros necessários à produção/disposição ou fornecimento dos produtos correrão inteira e exclusivamente por conta do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar o objeto deste CONTRATO de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

§ 1º. Fica a CONTRATADA responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste CONTRATO, inclusive despesas com materiais, transportes, frete, mão de obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

§ 2º. Deve a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte deste Contrato.



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a empenhar, para o cumprimento do Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observados as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(ais) emitida(s), nos termos da Cláusula Quarta.

8.2. Cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência Anexo I do Edital, que passa a fazer parte deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 14.133/21, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

Parágrafo único – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes ultrapassar o limite indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

10.1. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no Edital de Pregão Presencial Por Registro de Preços do qual se originou a Ata de Registro de Preços, a qual faz parte integrante do presente Contrato:

a) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada dia de atraso, contados do estabelecido no Edital de Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento.

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento e rescisão do presente contrato, sem prejuízo do cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

c) Impedimento de contrato com a Prefeitura Municipal de XXX pelo período até 5 (cinco) anos, caso a rescisão decorra de qualquer das situações previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo único: A CONTRATADA também é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos da Lei 14.133/21.

Parágrafo único – Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que a advierem do rompimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1. Será competente o foro da Comarca de Caçu, Estado de Goiás com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste CONTRATO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este CONTRATO em 02



PREFEITURA
ITARUMÃ
Somando ideias e multiplicando resultados
ADM - 2025/2028

(duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Itarumã/GO, _____ de _____ de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ **NOME:** _____

CPF: _____ **CPF:** _____



ANEXO XI DECLARAÇÃO DE
IDONEIDADE
MODELO (Papel timbrado da
licitante) EDITAL DE LICITAÇÃO
Nº _____/2025

PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025

OBJETO: O registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, para atender as necessidades de todas as Secretarias e Fundos do Município de Itarumã/GO, com fornecimento parcelado, pelo período de 12(doze) meses, conforme especificados no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto, parte integrante do presente Edital.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº, órgão emissor e do CPF nº, DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial SRP Nº/2025, não ter recebido da Administração Pública direta e indireta do Município de Itarumã, penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e/ou impedimento de contratar, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE que a impeça de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do § 5º do art. 156, Lei 14.133/2021.

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA
ITARUMÃ
Somando ideias e multiplicando resultados
ADM - 2025/2028

ANEXO XII

MEIO MAGNÉTICO

FAVOR PREENCHER PLANILHA ELETRÔNICA DE PROPOSTA E CREDENCIAMENTO, PARA CADASTRAMENTO EM NOSSO SISTEMA DE APURAÇÃO DE PREÇOS, DURANTE A SESSÃO DO PREGÃO SRP.

DISPONÍVEIS MEDIANTE SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO EMAIL: licitacao@itaruma.go.gov.br ou no site www.itaruma.go.gov.br.

***Preferencialmente em pendrive.**